



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 38 - Nº 768 - DE 19 DE JULHO A 1 DE AGOSTO DE 2026 - R\$ 5,00



Abaixo as tarifas de Trump contra o Brasil!

**Definir claramente que se trata de
uma ação imperialista**

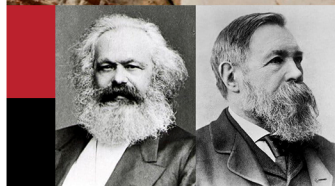
**QUE AS CENTRAIS, SINDICATOS E MOVIMENTOS CONVOQUEM
IMEDIATAMENTE UMA MANIFESTAÇÃO NACIONAL**

Organizar os comitês de frente única anti-imperialista

Tragédia na Venezuela

**CABE À CLASSE OPERÁRIA VENEZUELANA
REAGIR E RESPONDER COM SEU PROGRAMA**

**Os explorados latino-americanos
devem apoiar a Venezuela sob a
bandeira da autodeterminação**



► **Assimilando o socialismo científico**

A base da religião

Abaixo as tarifas de Trump contra o Brasil!

Definir claramente que se trata de uma ação imperialista
*Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem imediatamente
uma manifestação nacional*

Organizar os comitês de frente única anti-imperialista

A nova arremetida dos Estados Unidos contra o Brasil era esperada. Trump aproveitou e aproveitou a incapacidade do governo Lula de responder à agressão norte-americana. Incapacidade essa que reflete politicamente a subserviência histórica da burguesia brasileira ao domínio estadunidense sobre o país e a América Latina.

As multinacionais e o capital financeiro da maior potência mundial se encontram profundamente enraizados e disseminados por todos os ramos fundamentais da economia brasileira. É o que permite aos Estados Unidos pleitearem exigências comerciais e imporem sanções na forma de elevação tarifária. Certamente, não se trata de um caso isolado.

Nos primeiros dias de sua posse na presidência da República, Trump anunciou seu plano de guerra comercial abarcando a maioria dos países que têm muito ou algum peso no plano da economia mundial. Caso a caso, os Estados Unidos foram impondo condições e concessões aos concorrentes. Obtiveram “acordos” com a União Europeia, Índia, China entre outros. Em particular, teve de recuar nas megas tarifas aplicadas à China. Assim ocorreu porque o gigantesco país asiático conserva o monopólio da exploração das estratégicas terras raras, e os Estados Unidos são dependentes.

A guerra comercial de Trump não atinge homogeneamente todos os países considerados concorrentes. Tem como centro a confrontação com seu maior adversário econômico, a China. Esse fator condiciona em última instância a guerra comercial desatada na América Latina, cujos países mais visados são o Brasil e o México. São dois países que exercem influência econômica no Continente. No caso da Argentina, a guerra comercial não a atinge porque conta com um governo de ultradireita e servil.

É importante, porém, não perder de vista que toda a América Latina se encontra sob as pressões das disputas dos Estados Unidos com a China. Em relação ao México, o imperialismo norte-americano objetiva estrategicamente anexá-lo, assim como almeja o mesmo destino para o Canadá. Ali as fronteiras nacionais são os obstáculos imediatos às forças produtivas conduzidas pelos Estados Unidos e que se acham comprimidas pelo esgotamento da partilha ocorrida após a Segunda Guerra Mundial. É significativo o fato de que Trump tenha exposto com toda a clareza a pretensão de anexar a Groenlândia, a despeito de pertencer a Dinamarca, membro da União Europeia e OTAN.

O Brasil detém uma portentosa reserva natural, da qual as potências industriais vêm dependendo cada vez mais. As fontes de matérias-primas têm se reduzido e esgotado em latitudes anteriormente fartas e expostas à exploração do capital monopolista. Trump fixou algumas metas para o Brasil. As principais são: acesso e controle das riquezas minerais – entre

elas, as terras raras –, maior favorecimento às multinacionais norte-americanas, proteção ao capital financeiro manejado desde os Estados Unidos e cerceamento à China.

Os conflitos do governo Trump com o Brasil – e, assim, com o governo Lula –, em torno ao PIX, às big techs (comércio eletrônico) e ao “narcoterrorismo”, são a ponta de um iceberg do fator fundamental, que se encontra nas fontes de matérias-primas e energia. A corrida das multinacionais para se apossarem das áreas de mineração, em Minas Gerais, que abrigam o lítio, é um dos sinais de que se acirrará a guerra comercial em solo brasileiro. O lítio é um componente indispensável para as baterias dos carros elétricos. A dianteira da China nesse ramo de produção se choca com as multinacionais norte-americanas, europeias e japonesas, que há muito exerciam o seu monopólio. Evidentemente, como se constata, não se pode diminuir a importância da guerra comercial pelo controle das forças econômicas do mercado interno.

O tarifaço de 25%, somado aos 10% aplicados anteriormente, representa um ataque frontal a ramos da produção industrial – como máquinas e equipamentos, madeira e móveis, borracha, pneus, açúcar, etanol, calçados e vestuários etc. O que significará um perda de 18% no valor das exportações brasileiras.

Os mais de 2.100 produtos que ficaram fora do tarifaço foram poupados devido a sua absorção no mercado interno dos Estados Unidos. Em se mantendo essa taxa, a sua média saltará de 1,3% para aproximadamente 9,5%, segundo cálculo exposto por analistas.

É extremamente grave a retaliação que atingirá a indústria de máquinas e equipamentos. O Brasil tem padecido do processo de desindustrialização. Quanto mais os Estados Unidos limitarem a exportação de manufaturas brasileiras, mais comprometerão o funcionamento da estrutura industrial do país.

Está absolutamente evidente que o Brasil se vê diante de uma brutal ofensiva dos Estados Unidos contra a sua economia. Isso quando o imperialismo estadunidense obtém superávit na balança comercial. Se se apurar o montante de remessas de lucro das multinacionais para suas matrizes e o quanto saqueiam as riquezas do Brasil por meio do capital financeiro, se terá a dimensão mais exata do ataque resultante da guerra comercial. Caso não se modifique esse quadro desfavorável à economia brasileira, o superávit dos Estados Unidos será ainda maior.

Sob a coordenação do vice-presidente, Geraldo Alckmin, o governo Lula promoveu dois pronunciamentos coletivos. Ministros e o presidente do Banco Central se viram diante de uma enorme pressão dos setores empresariais mais atingidos. Como na primeira investida de Trump, vozes capitalistas procuraram responsabilizar o governo, sob a acusação de que não

houve disposição de Lula em negociar com Trump. Uma falsificação evidente. O governo brasileiro fez de tudo para não se chocar com os Estados Unidos. O problema está em que abrir mão do PIX, entregar as fontes de matérias-primas, curvar-se diante das big techs, aceitar a intromissão de Trump na Justiça brasileira, assumir a falsa caracterização de narcoterrorismo e romper relações com a China significaria uma sujeição, que colocaria o Brasil na condição de serviçal dos Estados Unidos na América Latina e no mundo. É o que está cumprindo o governo Milei na Argentina.

Na primeira investida, o governo renunciou a realizar um contra-ataque, mesmo tendo a seu dispor a lei da reciprocidade. Continuou a procura de um entendimento com Trump, ao mesmo tempo que lançava mão de medidas protetoras dos empresários mais afetados. Agora, mantém a mesma linha. As federações e confederações empresariais não puderam ir muito adiante com as críticas ao governo, uma vez que o novo tarifaço gerou uma tumultuada aversão a Trump.

É o que se observou diante do repúdio, inclusive de setores da direita, à posição de Flávio Bolsonaro, que correu a se jogar nos braços do chefe do imperialismo para lhe pedir que adiasse o tarifaço. Tudo indica que a combinação desse acontecimento com a revelação dos vínculos de Flávio Bolsonaro com o escândalo do Banco Master serviu para melhorar eleitoralmente a candidatura de Lula. Mesmo que a bandeira de soberania nacional esteja esfarrapada, a burguesia brasileira não tem como jogá-la no lixo.

Mesmo as camadas populares mais despolitizadas, mal informadas e submissas aos aparatos da burguesia – entre eles, as igrejas – não foram suscetíveis a ponto de seguir o caminho traçado por Flávio Bolsonaro e seus acólitos. Pressentem que os ataques de Trump não se limitam a uma oposição ao go-

verno Lula. Os ataques vão mais longe atingindo a indústria, o comércio e, consequentemente, à economia como um todo. Os próprios empresários assombram com a possibilidade de demissão em massa.

Esse pressentimento popular é favorável à condenação do imperialismo e à mobilização em defesa da nação atacada, ou seja, oprimida. O governo Lula, assim como a política burguesa de conjunto, do PT ao PL, se negam a expor o conteúdo imperialista do ataque, de forma a manter a população à margem dos acontecimentos. O Brasil está diante de uma guerra comercial na condição de país capitalista subordinado às forças mundiais do imperialismo. Não há como realizar negociações entre Estados Unidos e Brasil em pé de igualdade, como exortam os próprios capitalistas e seus porta-vozes.

É nesse marco que as direções sindicais e dos movimentos populares contribuem com a confusão entre os explorados e acabam se sujeitando à impotência do governo Lula, bem como às falsificações da burguesia brasileira.

Ao contrário, a vanguarda com consciência de classe levanta a bandeira anti-imperialista de “Abaixo o tarifaço de Trump!”. Organizar imediatamente as manifestações em todo o país, sob o programa próprio da classe operária. É parte desse movimento a defesa da Venezuela e de Cuba, que se acham também sob ataque dos Estados Unidos. Nesse mesmo sentido, cabe à classe operária e aos demais explorados combaterem as guerras de dominação.

O Partido Operário Revolucionário (POR) defende que as centrais, sindicatos e movimentos se libertem do palavreado governista e convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisação, como ponto de partida para a constituição de uma frente única anti-imperialista.

Corrida eleitoral marcada por escândalos

A população assiste inerte

Logo mais os explorados serão arrastados para as urnas

Em defesa da independência de classe

Pela constituição de um Tribunal Popular organizado desde as bases

Está mais do que comprovado que o candidato Flávio Bolsonaro está envolvido nos escabrosos casos da quebra fraudulenta do Banco Master. O vínculo do presidenciável com o chefe do banco Daniel Vercaro não é de hoje. Vercaro foi um dos grandes financiadores da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro em 2022, que se encontra preso sob a acusação de tentativa de golpe de Estado em 2023. Vercaro também está preso. E Flávio Bolsonaro, livre como um pássaro, maneja o Partido Liberal (PL) e os consortes para recolocar o clã bolsonarista no poder do Estado.

Pai e filho recorrem aos Estados Unidos, por meio de Trump, para obter apoio eleitoral. Oferecem-se como serviços caso retomem a presidência da República. Em uma recente apresentação nos Estados Unidos, Flávio pediu para que Trump adiasse a aplicação das brutais tarifas que atingirão ainda mais a economia do país. A subserviência se mostrou tão descarada e vulgar que espantou um parte dos bolsonaristas e dos candidatos do campo da direita como Ronaldo Caiado.

A viagem de Flávio até a Casa Branca, na realidade, foi a demonstração não só de vassalagem mas de desespero. Sua candida-

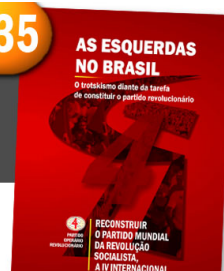
tura vem sofrendo desgaste desde a entranha do bolsonarismo. A sua madrastra, Michelle Bolsonaro, a despeito do marido preso, revelou francamente seus rancores contra o enteado, que ocupou seu lugar na disputa presidencial. O embate familiar foi tão contundente que Michelle abandonou o posto de representante do “PL Mulher”, para o qual recebia um dos altíssimos salários. Pairou a sombra dos efeitos negativos sobre o voto feminino, principalmen-

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



te de uma camada submissa à igreja evangélica. Flávio correu para os braços do pai e obteve uma carta afirmando sua candidatura e exortando a reconciliação da família. Foi mais um episódio grotesco em meio ao emaranhado de escândalos.

Bolsonaro encontrou um jeitinho de voltar à prisão domiciliar depois de ter perdido a benesse ao tentar romper a tornozeleira eletrônica com ferro quente em novembro de 2025. Para não voltar a Papudinha (prisão), onde hoje se encontra o banqueiro Vercaro, os médicos encontraram um diagnóstico de saúde, que garantiu ao ex-presidente a comodidade da prisão domiciliar humanitária.

No mês de junho, a polícia encontrou em um carro uma pistola e carregador pertencente a Bolsonaro e que havia sido retirada para “reparos”, segundo o motorista e agente de segurança de Bolsonaro. Fato que causou rumores de que Bolsonaro poderia voltar a Papudinha, uma vez que vencida o prazo da prisão humanitária. Certamente, a queima da tornozeleira e a arma não passam de fatos que ridicularizam a situação do ex-presidente.

Se o miolo da candidatura do clã bolsonarista é podre, o seu entorno cheira a estrume. Não é um exagero. Valdemar Costa Neto, presidente do PL, foi acusado pela Polícia Federal de ser um agente do orçamento secreto, que nutre a política da ultradireita com milhões de reais provenientes das emendas parlamentares. É bom lembrar que esse politiquêiro, amplamente envolvido com as igrejas evangélicas, renunciou ao mandato parlamentar em 2013 após ser indiciado e condenado no processo do Mensalão. Agora, se utiliza da presidência do PL para se apossar de R\$ 119 milhões das emendas.

Ao seu lado, o também evangélico, ex-presidente da Câmara de Deputados, cassado em 2016 por corrupção, Eduardo Cunha, do Partido Republicanos, foi indiciado pelo mesmo crime. Não poderia ficar de fora, o amigo de Valdemar Costa Neto, o pastor evangélico e deputado federal Sóstenes Cavalcante.

Os quadrilheiros da política burguesa se fartam com os R\$ 1,3 bilhão, que foram utilizados como emendas de comissão em 2025. Os mais privilegiados foram o PL, PP, União Brasil, Republicanos, Avante, Podemos e Solidariedade. O atual presidente da Câmara de Deputados, Hugo Mota, Republicanos, está profundamente mergulhado nesse mar de recursos surrupiados do Orçamento da União.

Neste mesmo momento e neste mesmo terreno, a “Operação Miragem”, da Polícia Federal, expôs a jogatina do banco Digimais e do Grupo Record, controlados pelo bispo Edir Macedo, chefe da Igreja Universal do Reino de Deus. Segundo as apurações, o banco Digimais se utilizou de “manipulação sistemática de balanços e resultados contábeis para ocultar a real situação econômico-financeira do banco e aparentar solvência perante os órgãos de controle”. São várias as fraudes para esconder a quebra financeira do Digimais.

Para contrabalançar o peso dos quadrilheiros do PL e de seus vários aliados de direita, a “Operação Compliance Zero” da Polícia Federal apontou o dedo para o líder do governo Lula no Senado, Jaques Wagner. O petista foi denunciado por ter recebido benesses de Vercaro. O presente do Master foi nada mais nada menos do que um apartamento, em Salvador (BA), no valor R\$ 2,5 milhões. Uma empresa ligada a sua família foi brindada por um repasse de R\$ 3,5 milhões. Em uma investigação no apartamento do senador petista, em Brasília, a PF encontrou US\$ 55 mil e € 33 mil, bem como uma coleção de 13 relógios. Jaques Wagner relutou em renunciar à liderança do governo. Mesmo borrado de excremento do tipo que ilustra Flávio, Jaques Wagner continua candidato a governador da Bahia.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, União Brasil, deixou-se fotografar abraçando Wagner em um gesto de consolação e de proteção. Ocorre que Alcolumbre, um dos representantes da política oligárquica que controla o Congresso Nacional, também é suspeito de receber a benesse de US\$ 30 milhões do Master.

Faz parte desse bando o senador Ciro Nogueira (PP), também investigado pela “Operação Compliance Zero”. Segundo revelações, o senador do PP chegou a receber mesadas de R\$ 300 mil a R\$ 500 mil de Vercaro.

A falência fraudulenta do Banco Master envolveu uma rede de autoridades do Estado. É considerada a maior estafa no sistema financeiro brasileiro. Está ainda por ser exposto até onde Vercaro contraiu relações com a facção Primeiro Comando da Capital (PCC). O banqueiro está preso como personalidade das altas esferas na Papudinha, à espera de uma mudança na política que possa livrá-lo. Até o momento, não conseguiu um acordo de “delação premiada”, porque resiste em expor a extensão da corrupção política a fatos e autoridades que ainda estão ocultos.

No caso das falcas e roubalheiras do INSS, a Polícia Federal apresentou o resultado da primeira fase dos inquéritos que revelaram os desvios de recursos das aposentadorias e pensões. Quarenta e oito investigados foram indiciados. Entre eles, está o ex-presidente do INSS Alessandro Stefanutto, o ex-procurador-geral Virgílio Ribeiro, o empresário Antônio Carlos Camilo, apelidado de Careca do INSS. A CPI sobre o escândalo do INSS concluiu sem que a oposição pudesse tirar proveito da responsabilidade do ex-ministro da Previdência, Carlos Lupi (PDT) e da implicação do irmão de Lula, José Ferreira da Silva, vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (Sindnapi), bem como demonstrar os elos de ligação com as fraudes do filho de Lula.

Os casos Master, Digimais, emendas parlamentares e INSS desabam na arena eleitoral com tal amplitude que os dois candidatos preferenciais – o da ultradireita e o centro-esquerda – se apresentaram enlameados. A biografia de Lula não brilha pela lisura e integridade. Tem a vantagem agora sobre Flávio o fato de nenhuma das operações expor o vínculo direto do petista com a corrupção.

No entanto, o essencial está em que, de conjunto, as fraudes e roubalheiras do dinheiro público mais uma vez, entre muitas do passado, atestam a decomposição da democracia oligárquica e dos partidos da ordem capitalista. Esse fenômeno histórico indica o quanto a burguesia nacional, subordinada à burguesia mundial imperialista, foi incapaz de constituir uma democracia portentosa, por meio da qual disfarçaria melhor a sua ditadura de classe sobre a classe operária e a maioria oprimida.

A obrigatoriedade dos partidos que comandam o Estado de estarem imersos na corrupção e agarrados aos desvios dos recursos públicos para os becos da prostituição política e enriquecimento pessoal reflete o esgotamento do capitalismo e o curso de sua decomposição.

A elevação do clã Bolsonaro, cujo percurso de ascensão na política burguesa se iniciou vinculado às milícias do Rio de Janeiro, ao cume do poder do Estado, e continuar sendo o fator decisivo da ultradireita na disputa eleitoral, dá a dimensão gigantesca do esgotamento histórico da burguesia nacional e da necessidade objetiva da revolução social. O obstáculo está em que o proletariado brasileiro se encontra em atraso na tarefa de construir o partido da revolução socialista. Essa contradição é o fator dominante não só do momento de crise nacional e mundial, mas da crise estrutural do capitalismo.

A vanguarda com consciência de classe, que luta por constituir uma direção revolucionária da classe operária, está obrigada a responder às manifestações da crise conjuntural e desenvolver a estratégia da revolução social correspondente à crise estrutural. A luta pela independência de classe no momento em que as forças da burguesia disputam a governabilidade prepara o terreno para as lutas futuras que emergirão das novas manifestações da crise histórica do capitalismo.

Trata-se de defender o programa próprio da classe operária em contraposição à continuidade da dominação burguesa sobre a maioria oprimida. As ilusões democráticas poderiam ser melhor

combatidas no sentido da luta pela independência política do proletariado caso o Partido Operário Revolucionário tivesse superado seu estágio embrionário de construção.

As correntes de esquerda que se reivindicam do socialismo e que procuram não se confundir com o petismo acabam por se sujeitar à democracia oligárquica e, assim, não podem ajudar os explorados a se emanciparem da política burguesa. O programa da classe operária está em choque frontal com a democracia oligárquica e com todas as variantes da política burguesa.

Diante das manifestações emanadas da podridão da política burguesa, a resposta classista está em defender a constituição de um Tribunal Popular para apurar e julgar os crimes da burgue-

sia. Nenhuma confiança nos meios e métodos do Estado burguês. Não subordinar os explorados a nenhuma das variantes da política capitalista que disputa a continuidade da ditadura de classe da burguesia. Continua vigente a bandeira de convocação de um Dia Nacional de Luta com paralisação e manifestações de rua em defesa do programa de reivindicações dos explorados.

Esse passo deve estar em contraposição ao jogo eleitoral e às ilusões de que os problemas do Brasil acossado pelo imperialismo e de que os problemas que atingem a classe operária e os demais trabalhadores poderão ser resolvidos ou minimizados pela via das eleições. Essa resposta tática possibilitará dar visibilidade e concretude à defesa da independência dos explorados diante dos partidos da burguesia e desenvolver o programa da revolução social.

Boletim Nossa Classe

Campanhas do POR

Partido 



Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXII - Julho/2026

nossa.classe@hotmail.com
pormassas.org | @massas.por



O Boletim Nossa Classe nº 4, foi preparado para ser distribuído na assembleia da categoria, porém a diretoria do Sindmetro não a convocou, mostrando que era apenas um blefe. Com isso, a campanha nacional em torno do ACT está afundando enquanto a categoria segue imobilizada. Distribuímos o material no Centro de Manutenção de Cavaleiro.

Pernambuco/Metroviários

ACT 2026/2027 dos Metroviários: Unir a luta pelo reajuste e direitos com a defesa dos empregos e da CBTU 100% estatal

A CBTU deu por encerradas as negociações. Cabe à categoria se levantar para mostrar que não vai aceitar o “cala-boca” patronal. A reposição do INPC (4,11%) é insuficiente. Foi-se o tempo em que os sindicatos defendiam que nenhum trabalhador deveria receber menos do que o Salário Mínimo do Dieese, hoje calculado em R\$ 8.110,92. A defesa do salário mínimo vital, suficiente para suprir as necessidades de uma família trabalhadora, precisa ser retomada.

Cláusulas sociais - A CBTU impôs a vigência anual das cláusulas sociais (historicamente bianuais), pois dá como certo que, até o fim de 2027, o Metrô Recife já estará privatizado, conforme o plano de Lula e Raquel Lyra. Os metroviários precisam se erguer não só pela renovação bianual, mas, principalmente, para exigir a retirada do metrô do Plano Nacional de Desestatização, a liberação dos recursos para manutenção e expansão da rede metroferroviária, a preservação dos empregos e dos direitos. Emprego não se negocia, defende-se com luta!

Papel da direção sindical - A direção do Sindmetro tem ido às negociações sem ter como base a mobilização da categoria. Não será com notas nas redes sociais que a empresa e o governo vão retroceder, mas sim com os métodos históricos de luta, como as greves. O Acordo Coletivo Especial, que se esgota no fim de 2026, não serviu para proteger a categoria, mas criou uma máscara de que haverá alguma garantia pós-privatização. Com o abandono da luta contra a privatização por parte do sindicato, prevalece a busca de saídas individuais e imediatas. É preciso uma linha de defesa dos trabalhadores como um todo, não só de um punhado de escolhidos.

Eleitoralismo bloqueia a luta - A defesa dos empregos, salários e direitos está em choque direto com todos os governos e todos os candidatos que disputam o papel de gestores dos negócios da burguesia: seja Lula ou Flávio Bolsonaro; seja Raquel Lyra ou João Campos. Apesar disso, o presidente do sindicato não tem nem vergonha de se apresentar nos grupos do WhatsApp como “porta-voz do Lula”; é uma confissão do abandono da tarefa de ser o porta-voz dos interesses da categoria, que está sendo traída e castigada por Lula. É fundamental recuperar a independência dos sindicatos perante os governos! Nenhuma confiança nos politiquinhos que pedem nossos votos a cada dois anos. Só podemos confiar na organização dos próprios trabalhadores!

Por uma investigação independente sobre a morte de Tiago Barbosa

Completo-se, no dia 11, um mês da morte de Tiago. O Boletim Nossa Classe denunciou que não foi acidente, mas sim um crime da burguesia, seus governos e agentes na CBTU. A sindicância patronal já nasceu contaminada. Antes de qualquer investigação, a CBTU afirmou que o acidente de trabalho não teve relação com a crise do metrô. O risco de acidentes graves e até mesmo fatais permanece. A luta contra a privatização e por liberação dos recursos é uma questão de vida ou morte. Cabe ao sindicato realizar uma

apuração independente, o que certamente apontará os verdadeiros culpados e cúmplices, os mesmos que estão estrangulando financeiramente o metrô para forçar a privatização. O Boletim Nossa Classe defende a constituição dos Tribunais Populares para julgar os crimes da burguesia.

Trabalhadores não devem ser plateia das manobras em torno do fim da escala 6x1

Que as centrais convoquem um verdadeiro Dia Nacional de Luta

A aprovação da PEC do fim da escala 6x1 (para jornada 5x2 de 40h) na Câmara sofreu um revés no Senado, onde Davi Alcolumbre a substituiu pela PEC 12/2026, que favorece acordos individuais e a extensão de jornadas. Os partidos governistas e as cen-

trais sindicais utilizam a pauta de forma meramente parlamentar e eleitoral, sem convocar assembleias ou greves. O Boletim Nossa Classe defende um Dia Nacional de Luta com paralisações rumo à greve geral, vinculando o fim da escala 6x1 ao salário mínimo vital e à escala móvel de horas de trabalho.

Lições dos levantes populares na Bolívia

Os 52 dias de protestos radicais na Bolívia tiveram como estopim o rechaço aos ataques de Rodrigo Paz, com privatizações e alta no custo de vida. Apesar da força dos bloqueios operários e camponeses, o movimento foi canalizado para o pedido de renúncia do presidente. A direção da Central Operária Boliviana (COB) capitulou ao fechar acordos sem as bases e à margem dos camponeses/indígenas. É necessário que os operários e camponeses ergam o seu próprio governo por meio da revolução socialista. Esta é a linha desenvolvida pelo Partido Operário Revolucionário na Bolívia, que ergueu a defesa de retomar o caminho da Assembleia Popular de 1971, ou seja, a frente única anti-imperialista.

Nota do Boletim Nossa Classe - São Paulo

Combater a política patronal das direções sindicais *Defender o internacionalismo proletário*

A nova etapa da crise estrutural do capitalismo é de aprofundamento da ofensiva do capital contra a classe operária. Dada a competição internacional, a burguesia intensifica a exploração sobre a força de trabalho, retirando direitos históricos da classe operária e demais trabalhadores em escala mundial. A reestruturação da indústria automobilística, impulsionada pela concorrência entre Estados Unidos, União Europeia e China, pela aplicação de novas tecnologias na produção, tem significado fechamento de fábricas, redução da capacidade produtiva e milhares de demissões.

Em junho, representantes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, tendo à frente seu presidente, Wellington Damasceno, participaram das reuniões do Comitê Mundial dos Trabalhadores da Volkswagen na Alemanha. Estes encontros são organizados pela multinacional para apresentar seus planos de reestruturação produtiva e redução de custos, que logo são defendidos pelos burocratas vendidos.

A classe operária deve responder a essa ofensiva dos capitalistas organizando a unidade internacional dos trabalhadores, impulsionando a mobilização independente, a democracia operária e utilizando o método da ação direta (greves, piquetes, manifesta-

ções de rua e ocupação de fábricas).

A burocracia sindical com sua política de conciliação atua no sentido contrário desviando a luta para a institucionalidade burguesa, via justiça e parlamento, concluindo sempre com acordos de traição, que aprofundam ainda mais a superexploração e situação de miséria dos trabalhadores.

Quando a burocracia sindical se coloca por ajudar a implementar a reestruturação produtiva, em vez de organizar a resistência internacional dos trabalhadores, passa a funcionar como correia de transmissão da política burguesa no movimento operário.

O Internacionalismo proletário parte do princípio de que operários alemães, brasileiros, chineses, mexicanos ou norte-americanos possuem interesses comuns, que são a defesa dos empregos, dos salários e das condições de trabalho. O papel de uma direção sindical revolucionária deve ser o de organizar a luta coletiva. Para isso, os congressos mundiais e nacionais da classe operária são fundamentais para aprovar um plano de luta em defesa do programa próprio de reivindicações, bem como os métodos genuínos do proletariado.

O fechamento de quatro fábricas anunciado pela Volkswagen expressa a crise de superprodução

Na Alemanha, após grandes mobilizações envolvendo cerca de cem mil trabalhadores, IG Metall e o Comitê Mundial chegaram a um acordo com a empresa que evitou o fechamento momentâneo de fábricas, mas previu a eliminação gradual de dezenas de milhares de postos de trabalho até 2030.

Para as direções sindicais traídas, o acordo que permite a demissão de milhares de trabalhadores, aparece como uma negociação "responsável" diante da crise. Para a classe operária trata-se de mais uma traição da burocracia, que permite a destruição de postos de trabalho e direitos para aumentar ou assegurar a taxa de lucro dos capitalistas.

É urgente a tarefa de expulsar a burocracia sindical traidora e

construir as comissões de fábricas classistas e revolucionárias.

Frente às demissões e ao fechamento de fábricas, a resposta proletária, internacionalista e revolucionária levanta a bandeira da escala móvel das horas de trabalho (redução da jornada, sem redução salarial), da greve com ocupação das fábricas e o controle operário da produção. A luta por meio da ação direta pela estatização, sem indenização, sob o controle operário coletivo, unifica os operários e é a via para combater as demissões. Trata-se de uma reivindicação que somente a classe operária pode defender. A luta por estas reivindicações básicas de existência das massas exploradas tem, necessariamente, de estar vinculada ao programa de combate ao capitalismo e defesa do socialismo.

São Paulo

Realizado o Encontro Operário do POR

No dia 20 de junho, o POR realizou o Encontro Operário, que tem como objetivo organizar os contatos para construir as comissões de fábrica de luta, classistas e revolucionárias e as células do POR no movimento operário.

Na primeira parte, foi realizado um balanço das campanhas do POR feitas através do Boletim Nossa Classe. Destacou-se a importância da campanha feita nas fábricas em defesa do levante dos camponeses, indígenas, operários e demais trabalhadores na Bolívia, que utilizando o método da ação direta, bloqueios de estrada e as assembleias autoconvocadas (cabildos), se levantaram contra o governo ultradireitista de Rodrigo Paz, capacho dos EUA e seu plano de privatização da educação, saúde e a confiscação das terras dos camponeses pobres.

O Boletim Nossa Classe cumpriu seu papel de defender o internacionalismo proletário, chamando os trabalhadores no Brasil a seguir o exemplo de luta do povo boliviano. Defendeu a linha política do POR da Bolívia, que interveio no levante defendendo a constituição de uma Assembleia Popular, como organismo de poder das massas, a aliança operária e camponesa e a Frente Única Anti-imperialista, sob a estratégia da revolução social e ditadura do proletariado. Destacou, também, o papel traidor da direção da COB, que aprovou em palavras a greve geral mas não realizou assembleias para parar as fábricas, as minas e organizar os bloqueios, deixando os camponeses e indígenas isolados durante 52 dias de luta. A traição da direção da COB, antes e durante o levante foi o que impediu a conformação da aliança operário e camponesa, única forma de derrotar o governo ultradireitista e seu amo imperialista.

A principal lição e tarefa deixada do levante boliviano é a do POR brasileiro continuar firme fazendo a intervenção no movimento operário, visando a construção das células operárias e a expulsão da burocracia sindical dos sindicatos.

Na segunda parte do Encontro, foi realizada a formação política. O estudo foi sobre o cap. 3 "Programa mínimo e programa de transição" do Programa de Transição de Leon Trotsky.

O cap. Inicia afirmando que a tarefa estratégica do próximo período consiste em superar a contradição entre a maturidade das condições objetivas da revolução e a imaturidade do proletariado e de sua vanguarda (confusão e desilusão da velha geração, in experiência da nova). Que é preciso ajudar as massas no processo de

suas lutas cotidianas a encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista. Que essa ponte deve conter em si um sistema de reivindicações transitórias, que parta das atuais condições e consciência da classe operária e demais trabalhadores e conduza, invariavelmente, a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado.

Em seguida Trotsky critica a socialdemocracia, que dividia seu programa em duas partes independentes uma da outra: o programa mínimo, que se limitava às reformas no quadro da sociedade burguesa; e o programa máximo, que prometia para um futuro indeterminado a substituição do capitalismo pelo socialismo. Entre o programa mínimo e o programa máximo, não havia qualquer mediação. A socialdemocracia tampouco tem necessidade dessa ligação, porque ela só fala de socialismo nos dias de festa.

Se em 1938, Trotsky denunciava a socialdemocracia por separar o programa mínimo do programa máximo e falar do socialismo apenas nos dias de festa, atualmente são os partidos e correntes centristas como PSTU, MRT e outros, revisionistas do marxismo, que separam o programa mínimo do máximo e falam do socialismo, da revolução proletária, apenas nos dias de festa. O PSTU, por exemplo, nos sindicatos que dirigem, como o dos Metalúrgicos de São José dos Campos, não vincula a luta pelas reivindicações econômicas à luta política pela tomada do poder, pela expropriação da burguesia por meio de uma revolução proletária e a constituição do governo operário e camponês, a ditadura do proletariado, como transição ao socialismo.

Os centristas não defendem as reivindicações de transição como o salário mínimo vital, emprego a todos aplicando a escala móvel das horas de trabalho, a expropriação e estatização, sem indenização de todos os setores da indústria, sob o controle operário, e limitam a defender reajustes salariais de miséria e a canalizar as lutas e reivindicações da classe operária para o parlamento burguês. Os centristas não só separam o programa mínimo do máximo, como combatem a estratégia da revolução e ditadura do proletariado, que é um fundamento do Programa de Transição.

Trotsky conclui: "A tarefa estratégica da IV Internacional não consiste numa reforma do capitalismo, mas em sua derrubada. Seu objetivo político: a conquista do poder pelo proletariado para realizar a expropriação da burguesia."

Rondônia

Operários da construção civil responderam à exploração por meio da greve

Em assembleia, os operários contratados pelo Consórcio Construtor Nova 364, responsável pelas obras do Expresso Porto (Anel Viário de Porto Velho), paralisaram por completo as atividades das obras do Porto, no dia 25 de junho.

As obras do Anel Viário de Porto Velho diz respeito a uma das maiores obras de infraestrutura em ação no momento, que tem a finalidade de deslocar o trânsito das transportadoras de grãos para região Norte do país, do centro urbano de Porto Velho para o Anel Viário, para ter acesso a uma das avenidas que liga diretamente ao Porto Graneleiro, que segue pelas rodovias Transamazônica (BR-230) e a BR-163 para os portos fluviais do Rio Madeira.

O acesso ao longo das rodovias da BR-364, BR-163 e trechos da Transamazônica (BR-230) leva as carretas até ao Porto Graneleiro



no Rio Madeira, otimiza tempo e gastos para os agroexportadores, em comparação aos gastos através dos portos das regiões Sul e do Sudeste. Enquanto isso, para os operários da construção civil do Anel Viário de Porto Velho resta o peso da exploração do trabalho.

Exatamente por não suportarem a gravidade da exploração despejada sobre seus ombros, com salários atrasados, acomodações insuportáveis e salários que não correspondem ao atendimento das necessidades vitais dos operários e suas famílias, os operários se levantaram em greve independente de orientações da burocracia sindical, destacando as reivindicações relacionadas ao cumprimento de direitos trabalhistas e à melhoria das condições de trabalho.

Entre as reivindicações, após 20 dias de greve, incluía o não desconto dos dias parados. Ao suspenderem a greve no dia 10, os operários aguardaram o resultado das negociações entre a direção do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Rondônia (STICCERO) e a empresa.

A direção do sindicato ao tomar conhecimento da deliberação da greve informou que protocolou um pedido oficial de mediação junto à empresa, com o objetivo de abrir um canal de diálogo e buscar uma solução negociada para o conflito.

Dessa maneira, no dia 16/07 aconteceu uma assembleia dos operários no Canteiro de obra do Porto do Anel Viário da cons-

trução civil da Nova 364 para a burocracia apresentar a resposta da empresa acerca das reivindicações. Os operários já estavam aguardando o desfecho das negociações entre sindicato, Justiça do Trabalho e empresa responsável pelas obras na BR.

Em assembleia, os operários votaram pelo fim da greve mediante o cumprimento do acordo, defendido pela burocracia do sindicato. Ou seja, o não desconto dos dias de greve, reajuste de 4,75% sobre o salário, aumento da cesta básica de R\$ 280,00 para R\$ 400,00 e melhoria das condições de trabalho. A burocracia prometeu entregar aos operários a ata com os itens dos acordos firmados com a empresa e Justiça do Trabalho.

A militância do Partido Operário Revolucionário (POR) interveio na assembleia com o Boletim Nossa Classe e com fala, destacando a importância dos operários se filiarem ao sindicato para fortalecer a luta contra a exploração dos patrões. Mostrou o acerto de se colocar em greve em defesa das reivindicações. Por fim, apontou a necessidade de construir uma comissão operária no canteiro da obra, para impulsionar a luta nesse local de trabalho, visando a unidade com outros canteiros de obras.

São Paulo – litoral

Ato pelo fim da escala 6 x 1 no litoral norte de São Paulo

A Corrente Proletária do Litoral Norte-SP/ POR participou do ato no último dia 4 de julho, em Caraguatatuba. A manifestação foi organizada pelo Fórum de Sindicatos e movimentos Sociais do Litoral Norte e contou com a presença de correntes que intervêm no Fórum.

Apesar do pequeno número de participantes (trinta pessoas, aproximadamente), o ato apresentou um caráter bastante combativo, com várias falas e denúncias sobre a condição de exploração da classe operária e dos demais trabalhadores na sociedade capitalista.

Na sua fala, o militante do POR pôde expor as teses marxistas sobre a origem das opressões. O partido montou a banca com as publicações e o Jornal Massas. Distribuiu o Manifesto pelo fim da escala 6x1, com redução da jornada e sem redução de salários, assi-

nalando que os trabalhadores devem confiar em suas próprias forças para impor a justa reivindicação. Mostrou que os explorados não devem se submeter ao jogo do Congresso Nacional, que vem deformando e represando a aprovação da reivindicação do fim da escala 6x1. Defendeu que somente através dos métodos de luta da classe operária (ação direta) e defesa da escala móvel de trabalho será possível eliminar a superexploração sofrida pelo conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras.

Defendeu, também, que na atual fase de decomposição do capitalismo, a burguesia é incapaz de aprovar medidas em favor dos oprimidos. Ao contrário, está obrigada a liquidar com antigas conquistas da classe operária e dos demais trabalhadores. O que impõe a tarefa para a vanguarda consciente o combate pela derrocada do capitalismo e a defesa do socialismo, portanto, a luta pelo programa da revolução proletária.

Balanço da Greve da Fasubra de 2026

Greve de 142 dias demonstrou disposição de luta da categoria e sabotagem das direções conciliadoras

A Greve dos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) das Instituições Federais de Ensino (IFEs) da base da Fasubra-Sindical pelo cumprimento integral do Termo de Acordo N.º 11/2024 perdurou por 142 dias em todo o país. O Governo Lula/Alckmin descumpriu o acordo de uma greve traída contando que sairia ileso, mas a categoria reagiu com uma greve de resistência.

O descumprimento do acordo pelo governo estava posto desde o último semestre de 2024, mas as direções sindicais foram complacentes, privilegiando as negociações institucionais e capitulando às medidas unilaterais do governo, como a prorrogação do prazo estabelecido no acordo, a MP 1286/24 transformada no PL 1466/25, o fechamento do GT PCCTAE, o PL 6170/2025, enquanto retardavam a greve.

Usaram a greve como último recurso e não como um instrumento de autodefesa dos explorados. Assim, a retomada da justa, legítima e necessária greve para fazer valer os compromissos já

assumidos pelas partes ocorreu tardiamente, quando o governo já havia instituído diversas medidas contrárias aos itens acordados e às reivindicações da categoria. Nota-se que a CPE/POR defendeu a retomada da greve desde a Plenária da Fasubra de março de 2025.

A intransigência do governo foi o grande obstáculo da greve. O governo esperava vencer a categoria pelo desgaste, apostando no isolamento, na passividade e no prolongamento da greve e, nesse sentido, administrou o conflito, protelando as respostas às reivindicações e se recusando a abrir uma mesa de negociação de greve. Contudo, a resistência e a força da mobilização da categoria obrigou o governo a se reunir e fazer pequenas concessões.

Os sindicatos cujas direções sindicais majoritárias estão no campo da independência perante os governos e reitorias, geralmente vinculados à força política Unidade pra Lutar, enfrentaram a política governamental se empenhando em construir uma greve ativa e unitária, organizando assembleias presenciais, atos unificados, trançaços, ocupações, dentre outras ações políticas. Foi exemplar a atuação da Assufgrs, que articulou diversas ações diretas e unitárias durante a greve.

No entanto, nacionalmente essas ações foram raquíticas. Isso se deu fundamentalmente em função da prevalência do governismo. As forças políticas de orientação governista tiveram uma postura de boicote à greve, seja de forma direta ou indireta. As direções sindicais ligadas ao TAEs na Luta (TnL), Travessia/Semear-Psol e CTB/PCdoB impediram a deflagração da greve do SINASEFE, sindicato que compartilha a representação sindical nacional dos TAEs com a Fasubra, e em diversas bases da Fasubra, como Sint-I-FESGO, Sintfub, SINTUFCE e SinTUFSCAR.

Junto a isso, os sindicatos com suas direções do campo governista que entraram na greve procuraram limitar a radicalização do movimento e, em geral, fizeram uma greve passiva, no máximo incentivando ações institucionais e virtuais, além da peregrinação parlamentar, em detrimento da luta direta. Agiram para impedir ações que fizessem a greve ganhar repercussão política e influenciar a população trabalhadora, enquanto buscavam solucionar o conflito pela via da conciliação de classes.

A Direção Nacional (DN) da Fasubra promoveu manobras burocráticas desde o começo até o fim da greve. Inicialmente, junto à DN do Sinasefe, enviou ao MEC o Ofício Conjunto N.º 02/2026. Este ofício serviu de base para uma reunião entre o MEC e a Fasubra no dia 13 de maio que deu lugar ao Ofício Fasubra N.º 58/2026, pavimentando a saída da greve sem o cumprimento integral do acordo. Finalmente, aos 134 dias de greve, surgiu uma ata de outra reunião entre a DN e o MEC estabelecendo uma data para a saída da greve.

Os espaços de auto-organização dos trabalhadores, como as comissões e reuniões do Comando Nacional de Greve (CNG), foram frequentemente burocratizados pelas direções majoritárias da Fasubra. Em certo momento, garantiu-se o direito das minorias de intervir, propor, defender e deliberar propostas, portanto, de influenciar parte das decisões. Com o desenvolvimento dos acontecimentos, estabeleceu-se uma centralização burocrática dos processos de decisão, execução e às vezes de discussão.

A CPE/POR vivenciou esses dois momentos. No primeiro, o CNG aprovou a nossa proposta, que ampliou a adesão das IFEs, de rodada nacional de assembleias presenciais com indicativo de deflagração da greve nas bases que ainda não tinham aderido. No segundo, quando as direções majoritárias já preparavam o desfecho da greve, a mesa submeteu à votação apenas a proposta de realizar um ato na Embaixada da Bolívia, derrotada por uma pequena margem de votos um dia antes da decretação do estado de emergência na Bolívia, e leu as demais, fazendo comentários e exclusões sumárias.

O próprio calendário da greve careceu de acompanhamento, de maneira que não se verificava e avaliava o encaminhamento das ações. Faltou uma direção nacional capaz de acompanhar e fazer a coordenação nacional das ações, potencializando sua repercussão e sua influência sobre a opinião pública.

Durante a greve, a comunicação sindical foi bastante prejudicada, com o site da Federação ficando fora do ar por várias vezes, até que os arquivos com os Informativos simplesmente desapareceram do site. Muitas informações sequer existiam de forma atualizada. Basta ver que o CNG não divulgou a lista com todos os itens pendentes de cumprimento, restringindo-se a uma lista incompleta.

Devido à intransigência governamental e à política colaboracionista das direções majoritárias, que sabotaram a greve para proteger a governabilidade da frente ampla, não foi possível arrancar o cumprimento integral das pautas, nem reverter as medidas de contrarreforma administrativa infraconstitucional.

Mesmo com esses limites, a Federação sustentou a greve nacional por quase cinco meses, obteve conquistas econômicas parciais, abriu espaços de negociação, ampliou a capacidade de organização e encerrou o movimento com um saldo político positivo. A greve ampliou a experiência de luta da categoria, inclusive com suas direções, fortaleceu redes de articulação entre ativistas e elevou o nível de consciência e organização de muitos trabalhadores.

Outra vez, a CPE/POR trabalhou incansavelmente pela vitória da greve, ampliando sua influência e acumulando experiências para as próximas batalhas. No nosso balanço da Greve da Fasubra de 2024, diante da traição das direções governistas, destacamos a necessidade de construir oposições sindicais classistas. A trajetória do SinTUFABC, desde a greve de 2024, confirmou a possibilidade e a necessidade de construir direções sindicais democráticas e independentes.

Na assembleia de deflagração da greve na UFABC, a atual direção do sindicato defendeu a greve praticamente de forma unânime, com uma única abstenção. Não fosse a posição da atual direção, provavelmente a categoria da UFABC não teria entrado na greve, como ocorreu em 2016 e 2017.

Nacionalmente, essa trajetória de luta foi demarcada pela defesa sistemática da retomada da greve (indicativos aprovados em 4 assembleias) e pela rejeição das manobras burocráticas em relação: 1) às negociações sobre o RSC; 2) à definição de itens prioritários do acordo; 3) aos encaminhamentos com o MEC; 4) à análise do fôlego local; 5) à determinação de saída apressada da greve. Evidenciou-se que, quando a direção sindical é de luta, a maioria da base tende a contestar e resistir às práticas burocráticas.

Localmente, o SinTUFABC, por meio do Comando Local de Greve (CLG) e da Coordenação Executiva, realizou importantes ações de greve, com a entrega em mãos de uma Carta ao Presidente da República, o primeiro trancaço na UFABC, atividades unitárias com estudantes, professores e servidores municipais, e a campanha pelo fim da escala 6x1 na UFABC.

As principais divergências no movimento grevista na UFABC se deram em relação à posição sobre a modalidade das assembleias e o registro de frequência durante a greve. Nestes dois casos, a CPE/POR esteve como minoria, defendendo as assembleias presenciais e o não registro do ponto.

A 6ª Assembleia de Greve do SinTUFABC aprovou nossa proposta de priorizar a convocação de assembleias presenciais, mas, infelizmente, o CLG não encaminhou esta deliberação, o que se configurou como uma postura de defesa da greve de pijama. De 15 assembleias de greve, somente uma, realizada em praça pública, foi presencial.

O registro de frequência foi um tema discutido exaustivamente, assim como na greve anterior, e a posição de registro normal da frequência durante a greve aprovada por maioria em assembleia híbrida gerou transtornos para uma parcela da categoria, que decidiu retornar ao trabalho, recusando-se a se submeter à decisão da assembleia.

Dentre as lições desta greve, destacamos a necessidade de superar as burocracias sindicais, construindo oposições/direções sindicais classistas democráticas e independentes dos governos, e disputando os rumos dos nossos instrumentos de organização e luta; de estreitar vínculos com estudantes, servidores públicos, movimentos populares e organizações sindicais; e de construir uma luta massiva baseada nas reivindicações e nos métodos próprios dos explorados.

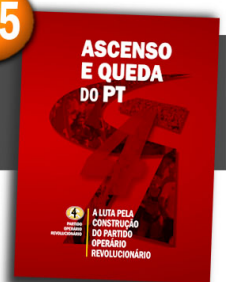
É preciso evitar a dispersão, realizando os balanços, extraindo as lições, reagrupando forças e transformando a revolta em força organizada.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



FASUBRA

Direções governistas impõem o fim da greve nacional forjando ata com governo e dissolvendo o CNG

A semana do dia 06 ao dia 10 de julho de 2026 foi marcada pelo desmonte da Greve Nacional da Fasubra. Diante da aproximação do período de campanha da farsa eleitoral, as burocracias colaboracionistas atuaram para impor o fim imediato da greve. Com a publicação do Decreto de Regulamentação do RSC em 03 de julho, os governistas tramaram para encerrar a greve.

Sem que houvesse orientação do Comando Nacional de Greve (CNG) e seguindo a política das forças políticas eleitoreiras, desde o dia 06 alguns sindicatos realizaram assembleias para deliberar o fim da greve. Junto a essa movimentação de quebra da unidade grevista, o governismo chantageou o movimento por meio de uma ata.

No final da tarde de terça-feira, o MEC encaminhou à Fasubra a ata de uma suposta reunião entre MEC e Fasubra, realizada no dia 24 de junho. O documento lista as providências adotadas pelo MEC em relação aos encaminhamentos acordados na reunião de 13 de maio e conclui indicando concordância com a reposição das demandas represadas de forma qualitativa desde que o fim da greve nacional ocorra até o dia 13 de julho, ou seja, estabelece uma data para a saída da greve.

Nota-se que a data coincide com a data definida pelo campo cutista/petista, ainda no final de junho, e que a reunião realizada duas semanas antes do recebimento da ata e três semanas antes do prazo para o encerramento da greve, era desconhecida pelo CNG, que não teve representação na reunião, em desacordo com o seu Regimento Interno.

O CNG aprovou na noite do dia 08: “após tomar conhecimento da proposta contida na ata encaminhada pelo Ministério da Educação (MEC) e constatar que as condicionantes aprovadas pela categoria estão contempladas, resolve: 1) Encaminhar o referido documento para apreciação das entidades de base, com retorno até as 12h do dia 10 de julho; 2) Solicitar ao MEC que o Termo de Acordo seja assinado no dia 15 de julho; 3) Retorno ao trabalho até

o dia 15 de julho de 2026.”. Assim, definiu um prazo exíguo de 40h para o retorno das bases e decretou o retorno ao trabalho.

Essa resolução foi aprovada com uma pequena margem de votos (38x34), demonstrando um setor expressivo contrário ao encerramento atropelado da greve. Essa firmeza política também foi expressa em diversas assembleias, com pelo menos 17 IFEs rejeitando a saída apressada da greve. Apesar disso, no quadro geral, a maioria (24) das IFEs respondentes se colocaram pelo fim da greve independente de um novo Termo de Acordo de Greve (TAG) entre a Fasubra e o Governo. Essa maioria foi garantida porque diversas entidades encerraram a greve antes da orientação do CNG.

Para restringir a articulação das bases mobilizadas e garantir o controle do movimento, no dia 10, a Direção Nacional (DN) da Fasubra dissolveu o CNG e restabeleceu os seus plantões quinzenais. Assim, o espaço de coordenação nacional da luta grevista foi fechado mesmo com a indefinição da existência ou não de um eventual TAG, portanto, cujas cláusulas são desconhecidas.

Considerando que a greve atual foi motivada pelo descumprimento do TAG de 2024 e que seu fim está posto, é improvável que o governo formalize um novo TAG. Além de estar no último semestre do atual mandato do governo, isso possivelmente abriria margem para um novo ciclo de denúncias de descumprimento de acordo. Neste caso, contraditoriamente, a luta pelo cumprimento integral do Termo de Acordo N.º 11/2024 seguirá vigente.

Diante deste quadro, comprova-se, mais uma vez, que a luta política e sindical consequente exige a superação das direções burocráticas, eleitoreiras e vacilantes. A disposição de luta demonstrada pela categoria nesta greve arrancou conquistas parciais em relação ao cumprimento do acordo pelo governo. Para avançar nas conquistas é imperioso fortalecer a organização independente e resgatar os sindicatos para a luta em defesa dos empregos, salários e direitos.

Alerta: Direção da Fasubra deixa greve nacional se desmanchar e vanguarda grevista sob risco

No dia 03 de julho, aos 130 dias de retomada da greve nacional da categoria técnico-administrativa da base da Fasubra pelo cumprimento integral do Termo de Acordo da Greve (TAG) de 2024, o Governo Lula/Alckmin publicou, em edição extraordinária do Diário Oficial da União (DOU), o Decreto de Regulamentação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) do PCCTAE. Cumpriu, assim, uma das condições para o encerramento da greve, conforme Ofício Fasubra N.º 58/2026 de 26 de maio. Junto a isso, começa uma corrida pela obtenção do RSC, como resultado direto da política concorrencial lançada em 2023 pela “Campanha TAEs no PPA”.

Nessa direção, uma parcela da categoria age para encerrar a greve imediatamente. Trata-se de uma posição perigosa, que ignora os demais itens pendentes, inclusive a compensação do trabalho por atividades represadas. Essa é uma garantia elementar para encerrar a greve preservando a vanguarda grevista, sem abrir margem à punição dos lutadores, sobretudo aqueles que ganharam confiança no sindicato no último período e em um contexto

de divisão da categoria em relação a sistemas de controles de frequência, mas, infelizmente, há setores dispostos a encerrar a greve a qualquer custo.

Essa situação era previsível, por isso, sistematicamente, a Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) reforçou a defesa da unidade grevista nacional e de uma greve ativa. Por outro lado, a maioria das forças políticas da Fasubra fizeram de tudo para a greve ser fragmentada e passiva. Basta ver que desde o IG N.º 12, de 15 de maio, no calendário da greve nacional não constou dias de lutas e o último IG com informes de base é o IG N.º 14, de 01 de junho, publicado há mais de um mês. Paralelamente, em função de ações judiciais, algumas bases (SINDUFLA, ASAV, e SINTUFE-JUF) foram forçadas a retornar ao trabalho.

Por semanas, a única atividade prevista no calendário nacional foi a Reunião da Mesa Setorial da Educação Federal. Quando a CPE/POR propôs a realização de atos regionais unificados nos dias das reuniões da Mesa Central (25/06) e da Mesa Setorial (30/06), o campo cutista/petista se contrapôs improvisando a proposta de re-

afirmar a decisão de Plenária, de realizar vigília durante a reunião da mesa de negociação, e mesmo essa “proposta” não saiu no calendário, constando apenas no corpo do IG. As forças majoritárias também se opuseram à proposta de defender a unidade nacional com o argumento de que as bases são soberanas.

Foi no contexto de inércia do Comando Nacional de Greve (CNG), de prolongamento da greve e de repressão judicial, que o CNG aprovou que as bases avaliassem o fôlego da greve em sua localidade (IG 15 e 16). Agora, no contexto da publicação do Decreto de Regulamentação do RSC, quando era fundamental orientar a continuidade da greve nacional, a Direção da Fasubra vem adiando as reuniões do pleno do CNG, enquanto alguns sindicatos (SINTET-UFU, SINTUFS, ASSUFBA, SINTUFES) se movimentam para abortar a greve local, rompendo a unidade grevista nacional. Trata-se de uma situação grave, que abre caminho à desmoralização.

A política da Direção Nacional da Fasubra de esperar alguns sindicatos aprovarem a saída isolada da greve e somente depois reunir o CNG para discutir as próximas diretrizes para o movimento é nefasta. É fundamental que a Direção da Fasubra mude de postura e reúna imediatamente o CNG para discutir e orientar as bases em greve.

Para a CPE/POR o fim da atual greve deve ser articulado no mínimo sob a base do atendimento dos itens constantes no Ofício Fasubra N.º 58/2026, incluindo uma nova reunião com o MEC e que no Termo de Acordo conste a reposição por atividades repressadas; além de uma rodada nacional de assembleias com discussão da conjuntura, envolvendo a possibilidade de aprovação da PEC da Reforma Administrativa Nacional após o pleito eleitoral

R\$5

**Adquira
com o
distribuidor
do jornal
Massas:**

**110 dias de Greve de
Técnicos Administrativos em
Educação contra o governo
burguês de frente ampla de
Lula/Alekmin: percurso da
luta na UFABC**



*Traição das burocracias colaboracionistas
demonstra a necessidade de erguer
oposições classistas e revolucionárias e
constituir uma nova direção!*



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



MASSAS
DE CRÍTICA DA EDUCAÇÃO E DO CAPITALISMO

de 2026, de ausência de reposição salarial para os servidores federais em 2027, e a organização do XXV ConFASUBRA, portanto, a necessidade de começar a construção de uma greve geral contra a reforma administrativa e em defesa de um programa próprio de reivindicações.

Rondônia

Sindicatos se juntam para blindar o prefeito!

No dia 23/06 aconteceu uma assembleia dos trabalhadores em educação do município de Porto Velho, convocada por três entidades - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (Sintero), Sindicato dos Professores e Professoras do Estado de Rondônia (Sinprof/RO) e o Sindicato dos Servidores do Município de Porto Velho (Sindepref), que aglutinam todos os servidores da educação municipal. O objetivo era deliberar sobre a pauta de reivindicações da categoria, que não foi respondida pelo prefeito Léo Moraes/Podemos.

Como os trabalhadores mostraram disposição de ir para a greve, a burocracia dos três sindicatos tratou de manobrar e acalmar os ânimos da base com a protelação do encaminhamento da construção da greve em uma assembleia do dia 30/07 com a promessa de iniciá-la a partir do segundo semestre.

Nesse interim, o prefeito mandou diversos projetos para a Câmara de Vereadores a serem votados no dia 13/07, incluindo o da educação, que só em outubro irá implantar o piso na carreira sem pagar os retroativos de janeiro a setembro. O tempo de mobilização das diversas categorias em torno dos projetos contou com apenas uma semana de mobilização nas redes sociais. Os demagogos

do parlamento municipal se aproveitaram da multidão dos servidores municipais presentes, de todas as categorias, e justificaram ter recebido os projetos na sexta-feira.

Para os professores, o prefeito está pagando o piso em forma de complemento para aqueles que não recebem o valor do Piso Salarial e os demais professores que recebem o valor do piso, ficam sem nenhum acréscimo sobre o salário.

A militância da Corrente Proletária na Educação sabe que essa manobra se consolidará em quebra da disposição do conjunto dos trabalhadores e em uma forma para abortar a greve. O que resultará, ainda mais, no descrédito de uma parcela do funcionalismo para com os sindicatos.

Essa conduta da burocracia tem sido rechaçada pela CPE e repercute também em parcelas dos trabalhadores em educação. Trata-se do método da colaboração de classes. Essa crítica se confirmou no resultado de um acordo firmado com prefeito, que levou a perdas de direitos trabalhistas perante à Justiça burguesa, com descontos abusivos no início do ano. Fato que causou a desfiliação de mais de 100 trabalhadores da educação municipais do sindicato.



**A decomposição da
Educação é um reflexo
da crise do capitalismo**

NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

A 13ª edição da Revista Proletária da Educação está sendo publicada em um momento de agudização da crise do capitalismo, com o recrudescimento das guerras, das tendências bélicas e fascizantes. A Educação, como parte da superestrutura, é determinada - em última instância - pela estrutura da sociedade, ou seja, pelas forças produtivas e pelas relações de produção. Sendo assim, acaba necessariamente refletindo a crise do modo de produção capitalista.

nº 13
Agosto 2025

**São Paulo**

Votação do PL 1.316, da contrarreforma administrativa do governo Tarcísio, é suspensa

Centenas de professores, funcionários, estudantes e trabalhadores em geral compareceram à manifestação do dia 7/7, em frente à Alesp (Assembleia Legislativa), para protestar contra o PL 1.316 do governo ultradireitista de Tarcísio de Freitas/Republicanos. Trata-se de um projeto que visa retirar direitos e consolidar a avaliação funcional punitiva, que ficou conhecida pelos “faróis” – daí o motivo para ser caracterizada como uma contrarreforma. Sem consenso entre os próprios deputados governistas, a questão não foi votada, e por enquanto não há perspectiva de quando pode voltar à pauta na Alesp.

A direção da Apeoesp logo publicou uma nota atribuindo a suspensão à “grande mobilização”, o que não corresponde aos fatos. É verdade que houve uma boa participação de trabalhadores, considerando o período de recesso escolar – o PL está voltado basicamente para o setor da Educação, embora possa servir de precedente político e administrativo para outros ataques ao restante do funcionalismo estadual. A expectativa do governo era aproveitar a situação de desmobilização da categoria. Porém, o fator primordial para o adiamento foi a falta de coesão na própria base do bolsonarista Tarcísio, seja por seu caráter de ataque ao funcionalismo, o que traz certos riscos em ano de eleição, seja pela intenção de outros parlamentares de ir mais a fundo na contrarreforma.

Em todo caso, o mais provável é que as negociações de bastidores persistam até que Tarcísio e Feder tenham mais segurança quanto à quantidade de votos necessária para a sua aprovação. O que significa que não há o que comemorar. Ao movimento essa suspensão só pode assumir um significado positivo se o tempo ganhar permitir ampliar a mobilização, o que parece distante devido ao enorme imobilismo das direções sindicais, que só querem saber das eleições burguesas, e nada de luta massiva, de choque com o Estado. Em outras palavras, a tendência é de que esse prazo maior não leve a uma virada no quadro.

É esse caminho para mais uma derrota que é preciso evitar. A Corrente Proletária na Educação tem defendido que é possível vencer. Mas, para isso, é fundamental que a base da categoria atue no sentido contrário ao das direções sindicais. É preciso abandonar a linha da pressão parlamentar e dos recursos inócuos à Justiça burguesa. Nesse terreno, a vitória de Tarcísio é certa. Os trabalhadores necessitam combater com o método da ação direta, com a

greve, as ocupações etc., unificando professores, funcionários, estudantes e as comunidades ao redor das suas reivindicações mais sentidas, erguendo bem alta a bandeira da retirada do PL 1.316. Daí a enorme importância de que as direções, principalmente da Apeoesp, convoquem uma assembleia logo após o fim do recesso.

A presidenta licenciada do sindicato, Maria Izabel/PT, que também é deputada estadual, tem apontado um caminho oposto a esse, da convocação da assembleia e da mobilização massiva e unitária, alimentando ilusões na possibilidade de um acordo que minimize os efeitos do PL 1.316, o que certamente não interessa aos trabalhadores, primeiro porque implicaria a aceitação da essência de uma medida que é de retirada de direitos (não há qualquer possibilidade de se ter uma avaliação funcional conduzida pelo Estado burguês que seja “técnica”, que não seja punitiva); segundo porque não é possível confiar em qualquer acordo com deputados tão corrompidos quanto os da base do governador reacionário.

A própria Maria Izabel, em uma reunião passada do CER (Conselho Estadual de Representantes), chegou a falar que se absteria da votação caso os pontos supostamente negociados com o governo, a exemplo da não remoção dos professores em função dos faróis amarelo e vermelho, fossem levados a voto, prevalecendo sobre a proposta original do governo. Seu interesse evidentemente é o de utilizar qualquer migalha como combustível para a sua própria campanha à reeleição como deputada. Essa abstenção, no entanto, estaria claramente em contradição com a deliberação da categoria durante as assembleias da campanha salarial, que era de rejeição do projeto na íntegra – o que politicamente deveria condicionar o voto da parlamentar-sindicalista.

A Corrente Proletária esteve presente na Alesp no dia 7/7, assim como em todas as atividades convocadas pela direção sindical contra o PL. Tem levantado a necessidade de ligar a luta pela derrubada da contrarreforma administrativa com o combate em defesa dos empregos, salários e direitos, buscando a unidade com outras categorias, como o funcionalismo municipal da capital paulista e os servidores federais. Chega de alimentar ilusões no Parlamento, na Justiça e nas eleições! Organizar a mobilização no campo da independência de classe! Pela convocação imediata de uma nova assembleia para retomar em um patamar mais elevado a mobilização iniciada no primeiro semestre!

A juventude universitária precisa encarnar a tarefa de colocar de pé a frente única anti-imperialista com o programa da classe operária

A situação internacional está marcada pelo aprofundamento da crise do capitalismo, materializada pela guerra comercial. Os Estados Unidos estão em aberta rota de colisão com a China. A guerra na Ucrânia, o genocídio na Palestina, a guerra no Irã e o intervencionismo norte-americano na América Latina são guerras de dominação e estão entrelaçadas com a guerra comercial.

O capitalismo na sua fase Imperialista intensifica as opressões sobre as nações oprimidas e avança nas contrarreformas, que intensificam a exploração do trabalho e precarizam ainda mais a vida das massas.

A classe operária na história da luta de classes, com seu programa, apontou a saída para se libertar da exploração do trabalho e conquistar a autodeterminação dos povos. Com a política proletária internacionalista, tornou-se possível unir os explorados e

povos oprimidos na luta contra o capitalismo que em nossos dias se contorce em sua decomposição e dá vazão a todo tipo de barbárie social.

A revolução proletária Russa, a primeira revolução proletária, guiada pelo partido leninista, resultou da aplicação do socialismo científico assentado por Marx e Engels. Lênin deu continuidade ao marxismo, contando com a contribuição de Trotsky, formulando na luta de classes o programa da revolução social. O partido bolchevique pôde se implantar na classe operária avançando na compreensão e aplicação do método marxista, ou seja, do materialismo histórico-dialético.

O socialismo científico é a ciência do proletariado voltada à derrocada do capitalismo e constituição da sociedade socialista. Essa ciência já foi comprovada nas experiências vividas pela luta de classes e pelas revoluções que expropriaram a burguesia e de-

ram início à transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

Os retrocessos históricos impostos pelas derrotas e pela restauração capitalista são transitórios e não fazem senão confirmar que o capitalismo se acha em decomposição, sobrevivendo com guerras e todo tipo de ataque à vida dos explorados.

A juventude oprimida, que é brutalmente explorada pelo capitalismo, necessita encarnar o programa da classe operária, porque é a força social que oferece uma resposta revolucionária contra a burguesia imperialista e a burguesia nacional.

Os Estados Unidos, que recentemente invadiram a Venezuela e que apertam o cerco contra Cuba exigindo a sua capitulação, acaba de impor a elevação das tarifas ao Brasil. Somente a classe operária e os demais explorados poder responder a esses ataques do imperialismo. A juventude oprimida tem como contribuir se organizando e mobilizando pela constituição de uma frente única anti-imperialista, desde os locais de trabalho, as fabricas, as universidades, os bairros operários e movimentos sociais.

Juventude universitária tem uma importância para o movimento operário

O capitalismo na sua fase imperialista avança com suas intervenções políticas, econômicas e militares em cada continente. No Oriente Médio ataca o Irã, na Europa prolonga a guerra na Ucrânia, na América Latina invadiu a Venezuela e aperta o cerco a Cuba. A postura dos governos burgueses, em sua maioria, é de apoio aos Estados Unidos.

O que acontece com a economia, com os trabalhadores, com a juventude e, em particular, com os serviços públicos diante dessa intervenção do imperialismo? As verbas para os serviços públicos são reduzidas para garantir a dívida pública. A educação pública em todos os níveis recebe os impactos dessa realidade adversa. Não é por acaso que a imposição da reforma administrativa,

que faz parte do pacote das contrarreformas, destrói as conquistas do funcionalismo, como parte dos ataques à classe operária e aos demais trabalhadores, tanto aos que vivem na cidade quanto no campo.

Na universidade, os estudantes necessitam das condições materiais para continuar seus estudos. E uma parcela precisa conciliar os estudos com o trabalho. Dessa forma, as contradições do capitalismo em decomposição marcam o cotidiano da juventude. O capitalismo intensifica a exploração do trabalho com carga horária de trabalho que mutila suas capacidades físicas e intelectuais.

O que fazer? O Centro Acadêmico (CA) é uma organização que tem o papel de impulsionar a luta dos estudantes pelas reivindicações mais sentidas. O Diretório Central Estudantil (DCE) é uma entidade que tem o papel de unificar os CAs na luta pela defesa do ensino público e garantia da permanência estudantil, podendo unificar os estudantes com os trabalhadores.

Mas qual é o programa político que permite essa unidade? A história da luta de classes já demonstrou: é com o programa e a política proletárias. O programa da classe operária se opõe à exploração e dominação da classe burguesa.

A juventude universitária na luta política por suas reivindicações aprenderá com o método do socialismo científico, cuja essência se encontra na compreensão e aplicação da teoria e prática. Confluirá com a política da classe operária, classe que é capaz de unir todos os oprimidos na defesa das suas condições de vida e colocar de pé a frente única anti-imperialista e anticapitalista.

Avancemos na organização coletiva com o programa proletário da revolução socialista.

Colocar de pé a frente única anti-imperialista com o programa da classe operária!

Que a juventude estudantil universitária exija das suas direções as assembleias para organizar a luta anti-imperialista para combater o avanço do intervencionismo dos Estados Unidos.

São Paulo - ABC

Pela unidade anti-imperialista no Grande ABC

A reunião virtual realizada em 14 de julho, com a participação de organizações de esquerda, debateu a campanha pela libertação do presidente venezuelano Nicolás Maduro e de sua esposa, bem como o caráter político e o nome do futuro comitê regional.

No centro da discussão, esteve a necessidade de responder ao avanço da ofensiva do imperialismo norte-americano e europeu contra os povos oprimidos. Inicialmente, foi apresentada a proposta de que a organização se chamasse Comitê Anti-imperialista da América Latina e Caribe. Outros participantes defenderam que fossem incluídos também o Irã e a Palestina, para explicitar a solidariedade aos povos que enfrentam a ofensiva imperialista.

O POR interveio defendendo que a denominação Comitê Anti-imperialista era suficiente e politicamente mais correta, pois o caráter anti-imperialista já expressa o apoio a qualquer povo ou país que venha a ser atacado pelo imperialismo, seja na América Latina, no Caribe, na Palestina, no Irã ou em qualquer outra parte do mundo. Afirmou que não seria necessário citar países no nome do comitê, já que a tarefa é enfrentar toda agressão do imperialismo estadunidense e europeu, independentemente de onde ela ocorra. Após o pronunciamento do POR, consolidou-se entre os participantes a compreensão de que não era necessário incluir cada país no nome, prevalecendo o entendimento em torno da denominação Comitê Anti-imperialista do Grande ABC.

O POR afirmou ainda que a existência de vários comitês temáticos dispersa as forças e enfraquece a luta comum. Defendeu, por isso, a unificação política e organizativa dos diversos comitês existentes e propôs a convocação de uma Plenária Regional Anti-imperialista, capaz de impulsionar uma frente única de combate ao imperialismo no ABC. Os participantes concordaram com a proposta.

A principal divergência surgiu quando representantes do PT defenderam acrescentar ao nome do Comitê a consigna “pela paz mundial”. A proposta foi apresentada sob o argumento de

que uma formulação mais ampla poderia atrair setores das massas para além dos círculos militantes. Também esteve relacionada ao apoio à candidatura de Thiago Ávila a deputado federal pela Rede, que utiliza a palavra de ordem da paz mundial.

O POR combateu essa posição, explicando que a paz não pode ser apresentada de forma abstrata, separada da luta contra o imperialismo. São os imperialistas que provocam as guerras, organizam golpes de Estado, impõem bloqueios, sanções, taxações, ocupações e massacres contra os povos. A verdadeira defesa da paz exige derrotar o imperialismo, e não encobrir essa tarefa com uma consigna genérica.

A política operária marxista-leninista-trotskista ensina que a classe operária e os povos oprimidos não podem ser desarmados política e materialmente diante da violência imperialista. Em uma revolução, os explorados terão de se armar para enfrentar seus opressores. Por isso, a luta consequente contra o imperialismo não exclui a guerra revolucionária, mas reconhece que ela pode se tornar necessária para derrotar a violência organizada das potências imperialistas.

Integrantes do PSOL também criticaram a consigna “paz mundial”, destacando que ela é amplamente utilizada pela pequena burguesia para desviar o conteúdo da luta e ocultar o inimigo principal. Reforçaram que a tarefa é enfrentar o imperialismo e apoiar a resistência dos povos oprimidos.

O debate sobre a consigna foi adiado para a Plenária Regional inicialmente agendada para 15 de agosto, às 15 horas, ainda sem local definido. O desafio colocado permanece o mesmo: construir um único instrumento de organização anti-imperialista capaz de unificar trabalhadores, juventude e movimentos populares na luta contra a ofensiva do imperialismo no Brasil, na América Latina e em todo o mundo.

POR realiza sua Escola de Quadros no Nordeste

O Partido Operário Revolucionário realizou sua escola de quadros do Nordeste nos dias 04 e 05 de julho, na cidade de Natal. O encontro, realizado a cada ano (tradicionalmente nas férias de julho), contou com a presença das regionais do CE, PE e RN. A formação marxista da militância e simpatizantes tem como objetivo impulsionar a formação dos quadros revolucionários. A luta ideológica contra a burguesia e seus agentes no interior do proletariado é imperiosa. Eis por que os poristas dedicam tanta energia à assimilação das ricas experiências da luta de classes internacional.

Os temas discutidos na Escola de Quadros de 2026 foram três: 1) o Imperialismo, fase superior do capitalismo, de Lênin; 2) artigos de Trotsky e do POR sobre a frente única e a tática frentista e, por fim, 3) análise da situação política nacional e internacional.

No dia 04, pela manhã, a Escola de Quadros teve início sem atrasos. A metodologia adotada foi a de divisão dos presentes em grupos e sintetização do estudo na plenária. A Coordenação Nordeste abriu os trabalhos e organizou toda a atividade. A discussão nos grupos se mostrou muito rica e instrutiva com a militância concentrada em alcançar e desenvolver os principais conceitos da obra de Lênin. A discussão na plenária destacou quatro pontos centrais:

a) O Imperialismo, como fase superior do capitalismo, se baseia na fusão dos capitais bancário e industrial, no domínio dos monopólios, na gigantesca exportação de capitais - superior à exportação de mercadorias - e no aumento do parasitismo financeiro.

b) A distância entre a produção e os capitais aumenta cada vez mais e cria um terreno propício a todo tipo de operações fraudulentas, especulação e crises financeiras.

c) O domínio monopolista acentua a contradição entre a produção social e a apropriação privada e, nesse sentido, constitui uma fase de transição para o socialismo.

d) O imperialismo agudiza a partilha do globo, a opressão nacional e social, assim como a resistência das massas exploradas, sendo uma fase de guerras, revoluções e contrarrevoluções.

Na retomada da atividade pela tarde, a militância e os simpatizantes se dedicaram ao tema da tática frentista. Um dos textos lidos sintetizava os escritos de Guillermo Lora a partir da experiência boliviana. Após o estudo nos grupos, a discussão na plenária destacou os seguintes pontos fundamentais:

a) A Frente Única Proletária e a Frente Única Anti-imperialista, aprovadas no IV Congresso da Internacional Comunista, visava assegurar aos partidos comunistas acesso à base das organizações de massa para que pudessem se fortalecer e unificar os explorados em seu entorno, a fim de consumir a revolução proletária.

b) A tática frentista voltada às frentes pontuais e locais com outras organizações, que aparecem e desaparecem a cada momento, por ocasião das lutas econômicas, é tanto mais obrigatória quanto menor for o partido revolucionário. Sem ganhar a maioria das massas é impossível a revolução social.

c) A tática da unidade frentista não desconhece que os sindicatos são, por sua natureza, órgãos de frente única elementar, mas procura atuar tanto dentro quanto fora destes (nos mais diversos movimentos) buscando sempre influenciar as bases das organizações com as quais atuamos.

d) A tática frentista exige do partido revolucionário não se disolver em seu seio, mas, ao contrário, exercer o direito de crítica

e de difusão de suas ideias. O partido busca impulsionar frentes classistas sobre a base da independência de classe. Contudo, está obrigado a romper com qualquer frente que se transforme num obstáculo à luta de classes, que mergulhe no eleitoralismo etc. ou que proíba o partido de expressar-se.

A Escola de Quadros dedicou o segundo e último dia (05/07) à discussão da situação nacional e internacional tendo por base o livro "Crise do capitalismo impulsiona Intervencionismo dos EUA". Não houve divisão em grupos e os presentes se organizaram diretamente em plenária. Na discussão internacional, foram destacados os 4 anos de guerra na Ucrânia, as guerras de dominação no Oriente Médio, o genocídio em Gaza, a guerra comercial movida pelos EUA contra a China, a decomposição da democracia burguesa e o avanço da ultradireita fascizante, o esgotamento da partilha do globo do pós-guerra e a necessidade de superação da crise de direção revolucionária.

Na discussão da situação nacional, destacaram-se os seguintes pontos: as implicações para o Brasil e a América Latina da guerra comercial impulsionada por Trump, a crise política do regime acentuado pelos escândalos do Master, INSS, choques entre os poderes etc., as dificuldades do governo Lula se equilibrar, a direitização dos governos petistas nos estados, a corrida eleitoral e o papel das esquerdas eleitoreiras, e a necessidade de construir o POR no Brasil. A atividade encerrou ao meio dia com a saudação de uma camarada e gritos de Viva o POR, viva à IV Internacional, viva à revolução!

A Escola de Quadros registrou um avanço quantitativo e qualitativo comparativamente às anteriores. Se distinguiu pela elevada disciplina e pelo importante salto no nível dos debates. É importante destacar a evolução da juventude porista nesta atividade. O POR sai fortalecido de sua tradicional formação regional. A assimilação das ideias do marxismo-leninismo-trotskismo são o caminho seguro para derrotar a colaboração de classes e erguer o partido-programa no Brasil.



Grupo de Estudos do Marxismo

Estudos dos livros:
Imperialismo, fase superior
do capitalismo
A Revolução Permanente

2024

Adquira com um distribuidor do Jornal Massas por apenas: R\$ 5,00

POR **MASSAS**

São Paulo

Curso de Formação Política do POR

No dia 12 de julho, o POR realizou seu curso de formação política em São Paulo. A discussão foi sobre a juventude oprimida. Para o estudo, foram usados dois documentos: 1) Resolução sobre a juventude e seus principais desafios políticos atuais. Resolução aprovada no XVIII Congresso do partido, ocorrido em março de 2026; 2) “Porque a juventude deve ser socialista”. Esse artigo faz parte de um folheto, que leva o mesmo nome, e que vem seguido dos “Pontos para o programa estudantil secundarista”, publicado em 2003.

Na abertura do curso, houve uma homenagem aos 37 anos do POR, que contou com uma breve exposição da trajetória do partido, destacando cinco aspectos: 1) a fundação do POR no Congresso de 1 e 2 de julho de 1989; 2) o nascimento do partido e seu vínculo com o POR da Bolívia, em particular com Guillermo Lora, e a constituição do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional; 3) a elaboração do primeiro programa aprovado em 1993, ajustado em 2014; 4) a importância dos vários Congressos, que se somam dezoito; 5) as publicações de folhetos e livros, como expressão da intervenção do partido na luta de classes; 6) o trabalho de assimilação das experiências do proletariado mundial e de aproximação de contatos, por meio dos cursos de formação política.

Após a exposição, houve a divisão em quatro grupos, sendo que dois discutiram o primeiro e os outros dois, o segundo. Depois de uma hora e meia, em plenária, os grupos expuseram as conclusões.

Destacamos as principais:

1. A juventude não compõe uma classe social. Faz parte de todas as classes. O fundamental está em que a juventude oprimida compõe a família operária, camponesa e a classe média arruinada;

2. O capitalismo é um sistema de opressão e discriminação social. Explora o conjunto da população trabalhadora, o que inclui a juventude;

3. O regime capitalista desenvolveu amplamente as forças produtivas. A ciência, a tecnologia alcançaram níveis elevados. No entanto, o capitalismo não pode oferecer nada de bom para a juventude e para a maioria dos assalariados. Isso por que as forças produtivas são regidas pela propriedade privada dos meios de produção;

4. A juventude sofre na carne as consequências do avanço das tecnologias. Padece do desemprego e subemprego. A maioria se insere no mercado de trabalho se sujeitando à informalidade, às extensas jornadas de trabalho e à precariedade dos contratos temporários, terceirizados e intermitentes;

5. A juventude oprimida, desde cedo, vê suas capacidades físicas e intelectuais sendo mutiladas. Não consegue conciliar os estu-

dos com o trabalho. Uma parte nem estuda, nem trabalha;

6. A situação de miséria acaba empurrando uma parcela de jovens à marginalidade. Não por acaso, são vítimas de encarceramentos, ou de assassinatos pelos agentes do Estado;

7. A revolta da juventude é expressão de sua condição social. Para contê-la, a burguesia lança mão de instrumentos de controle, entre eles, as escolas e as igrejas. A ideologia da classe dominante é amplamente disseminada pelo Estado, pelas igrejas, pela mídia,

pelas escolas e servem para ocultar a violência da sociedade capitalista e impedir que a juventude compreenda a raiz da opressão e discriminação;

8. O Estado lança campanhas em favor de cooptar a juventude pobre, a exemplo do assistencialismo (Pé de Meia etc.), criando ilusões de que é possível alcançar outro patamar de vida, se qualificando para o mercado de trabalho, ou se tornando supostamente empreendedores;

9. A juventude oprimida se encontra desorganizada. Não conta com entidades estudantis e sindicatos classistas e revolucionários. Mas, mostra muita disposição de luta, quando é chamada a se manifestar por reivindicações vitais, a exemplo da escala 6x1;

10. O trabalho junto à juventude explorada é fundamental. O POR vê a importância da juventude na luta do proletariado contra o capitalismo, raiz de todas as formas de opressão e discriminação. Nesse sentido, intervem com os Boletins Juventude em Luta e Corrente Proletária junto às escolas secundaristas e nas universidades. Trata-se de um trabalho embrionário, que depende da própria assimilação da militância do partido.

No encerramento do curso, foi feita a saudação por um camarada aos 37 anos do POR, com as bandeiras: Viva o Partido Operário Revolucionário! Viva o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional! Viva o internacionalismo proletário!

O ensino, a educação e formação da juventude segundo a concepção marxista

A orientação de Lênin sobre a organização revolucionária da juventude e o método de estudo crítico serviu à realização do curso acima resumido em suas principais formulações e conclusões.

Extratos do pronunciamento de Lênin “As tarefas das Uniãos da Juventude”, no III Congresso da Juventude Comunista da Rússia, 2 de outubro de 1920

(...) “O que é preciso fazer para aprender o comunismo? (...) É natural que à primeira vista venha à mente a ideia de que aprender o comunismo é assimilar os conhecimentos que são expostos nos manuais, brochuras e obras comunistas. Mas essa definição seria demasiadamente grosseira e insuficiente. Se o estudo do comunismo consistisse apenas em assimilar o conteúdo das obras, livros e brochuras comunistas, formaríamos então rapidamente escolásticos ou impostores comunistas, o que nos causaria danos e prejuízos porque depois de ter lido e aprendido o conteúdo dos livros ou das brochuras comunistas, essas pessoas seriam incapazes de ligar todos esses conhecimentos uns aos outros e reagir como se exige realmente a um comunista.

(...) Um dos maiores males e dos maiores flagelos que nos legou a sociedade capitalista, é a ruptura total entre o livro e a prática da vida. (...)

É por isso que seria totalmente errado limitar-se apenas à assimilação livresca do que nos é dito nas obras sobre o comunismo. Os discursos e artigos de hoje não são simples repetição do que era dito anteriormente sobre os comunistas, porque estão ligados ao trabalho multiforme de todos os dias. Sem esse trabalho, sem a luta, o conhecimento livresco do comunismo (...) não vale absolutamente nada, uma vez que não fará mais do que perpetuar a antiga ruptura entre a teoria e a prática, que era o traço mais incoerente da sociedade burguesa. (...)

(...) Seria falso acreditar que era suficiente assimilar as palavras de ordem comunistas, as conclusões da ciência comunista, sem ter assimilado a soma de conhecimentos de que o comunismo,

ele próprio, é o produto. O marxismo é um exemplo que mostra como o comunismo é resultante da soma de conhecimentos humanos. (...)

É preciso meditar nisto quando, por exemplo, falamos de cultura proletária. Não saberíamos resolver este problema se não compreendêssemos que só o perfeito conhecimento da cultura criada no decurso do desenvolvimento da humanidade e a sua transformação, hão de permitir criar uma cultura proletária. A cultura proletária não surgiu por acaso. Não é invenção de homens que se dizem especialistas na matéria. Tudo isso é pura tolice. A cultura proletária deve ser o desenvolvimento lógico da soma de conhecimentos que a humanidade acumulou sob o jugo da sociedade capitalista, sociedade dos proprietários agrários e dos burocratas. Todos estes caminhos e todos estes atalhos têm levado e continuam a levar à cultura proletária, da mesma maneira que a economia política, repensada por Marx, nos mostrou para onde deve tender a sociedade humana, indicou-nos a passagem da luta de classes para o começo da revolução proletária.

Quando ouvimos, frequentemente, representantes da juventude assim como alguns defensores do novo ensino, atacar a antiga escola e afirmar que nela apenas se memorizava, nós dizemos-lhes que devemos aproveitar da antiga escola o que ela tinha de bom. Não devemos aproveitar o método que consistia em atulhar a memória do jovem com uma quantidade desmesurada de conhecimentos, nove décimos errados e falsificados e no restante deturpados. Mas isto não significa de maneira nenhuma que nós possamos cingir-nos apenas às conclusões comunistas e só aprender palavras de ordem comunistas. Não se edificará assim o comunismo. Não nos podemos tornar comunistas senão depois de termos enriquecido a memória com o conhecimento de todas as riquezas criadas pela humanidade. (...)

(...) Deve não só assimilá-lo, mas assimilar de maneira crítica, de maneira a não atulhar a inteligência com uma mixórdia inútil, mas enriquecê-la com o conhecimento de todos os fatos sem os quais não pode existir o homem moderno.



Juventude e Revolução

Textos de Trotsky e da Quarta Internacional sobre a organização revolucionária da juventude

Adquira com um distribuidor do Jornal Massas por apenas:

R\$ 5,00

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS



R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

A juventude diante da crise do capitalismo

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por



Nesta edição:**Venezuela:** Tragédia na e da Venezuela;**Cuba:** Defender a Revolução Cubana!;**Bolívia:** O governo dos empresários, por meio do decreto supremo 5654, elimina a dedução da folha de pagamento das contribuições para o funcionamento das organizações sindicais; O movimento camponês e o evismo; Começam a repressão e as medidas econômicas do governo; O fascismo em ação!; O decreto supremo fascista 5654 de Rodrigo Paz; Balanço dos 53 dias de luta;**Chile:** Na Araucanía, o Sr. Kast tem uma discussão tensa com uma criança;**Palestina:** 1.000 dias do genocídio dos palestinos;**Assimilando o socialismo científico:** A Base da Consciência.

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Venezuela

Tragédia na e da Venezuela

Cabe à classe operária venezuelana reagir e responder com seu programa

O terremoto de 24 de junho, na Venezuela, que desmoronou as construções na região de La Guaira, deixou 4.829 mortos e um número ainda desconhecido de desaparecidos sob os escombros. Esse acontecimento natural resultou em agravamento da crise social por que passa a Venezuela. Recorrentemente o país vem enfrentando o avanço da pobreza e da miséria.

Como de costume, as potências imperialistas e os governos serviais da América Latina lamentaram a tragédia, enviaram migalhas de ajuda e aproveitaram para propagandear suas posições de condenação do "Socialismo do Século XXI". Nisso reside a principal tragédia da Venezuela. Eis por que não ocorreu apenas uma tragédia na Venezuela, mas na entranha da tragédia da Venezuela, que é a de se encontrar sob intervenção dos Estados Unidos.

Os bons samaritanos burgueses que se dizem condoídos pelo desabamento das moradias populares e pelas mortes responsabilizam os governos chavistas por terem mal utilizado os recursos da estatal petrolífera PDVSA, construindo-as "a toque de caixa pela ditadura bolivariana, sem qualquer preocupação com padrões técnicos".

Os privatistas e defensores das multinacionais condenam o nacionalismo encarnado desde o governo Hugo Chávez por ter levado a Venezuela ao precipício econômico e social. Recorrem à constatação de que no final do governo Chávez e início do de Nicolás Maduro em 2013, até 2020, "o produto interno bruto PIB per-capta da Venezuela desabou de US\$ 12.607 para US\$ 1.506". Apontam que o "o fundo do poço foi atingido em 2020 com uma retração do PIB estimada em 30%, fenômeno raro em tempo de paz". Recorrem, também, à falência orçamentária do Estado: "dificuldades para renegociar uma dívida externa estimada em US\$ 240 bilhões". Fala-se em "um Estado falido, que acaba de reconhecer a dívida de 240% do PIB". Uma herança devastadora deixada

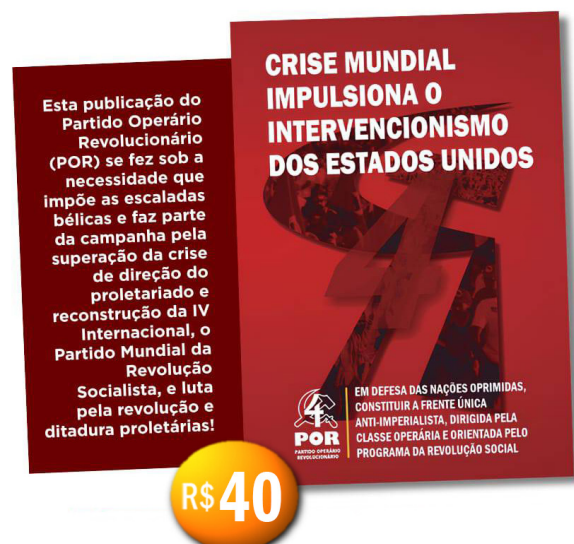


por "anos de incúria administrativa de Hugo Chávez e seu sucessor Nicolás Maduro".

Os defensores da entrega das riquezas petrolíferas à exploração do cartel multinacional acusam "a adoção de políticas estatizantes, o sucateamento do setor petrolífero, a deterioração do ambiente de negócios, a fuga de cérebros, o fechamento de milhares de empresas e a substituição da competência profissional pelo alinhamento ideológico na administração pública (que) levaram

ao encolhimento de cerca de 70% do PIB".

É natural que os Estados Unidos e seus capachos governamentais da América Latina fizessem coro uníssono de responsabili-



Adquirar já com o distribuidor do Jornal Massas.

19 de julho a 1 de agosto - 2026 - MASSAS 768 - 17

zação das medidas nacionalistas tomadas pelo governo de Hugo Chávez e mantidas pelo seu herdeiro Nicolás Maduro. Mas essa naturalização se acoberta do quanto responsável foi o cerco econômico imposto pela ditadura do capital imperialista exercida pelos Estados Unidos. E no momento é acobertada pela invasão da Venezuela pelas forças norte-americanas, pelo sequestro do presidente Nicolás Maduro, pela posse das reservas petrolíferas e pela manutenção das brutais sanções econômicas.

Um de seus sinais foi o pedido da presidenta Delcy Rodríguez para que o rei Charles III liberasse as reservas de ouro venezuelanas, que se acham sob o controle do Banco da Inglaterra, no valor de US\$ 1,9 bilhão. Com a maior desfaçatez, o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, lançou a pérola: “independentemente de qualquer coisa, os Estados Unidos sempre responderam a crises humanitárias, especialmente em nosso continente”. Aqui reside o grande problema da tragédia causada pelo terremoto.

Enquanto a nação oprimida depender do “humanitarismo” do imperialismo e de seus consortes não terá como resolver seus problemas com suas próprias forças. O humanitarismo dos opressores serve de máscara a todo tipo de saqueadores. Os porta-vozes das multinacionais petrolíferas e da grande propriedade privada dos meios de produção em geral não passam de sabujos escolados em falsificar a realidade histórica.

O problema da Venezuela não esteve e não está na estatização e controle das riquezas petrolíferas. Esteve e está na inconsequência e na incapacidade do nacionalismo burguês de ter realizado uma expropriação geral da burguesia e levantado na América Latina uma trincheira da luta anti-imperialista. Esse é o destino histórico de todo o nacionalismo na América Latina que se colocou por tornar a nação oprimida independente do controle externo do capital financeiro e monopolista.

A burguesia nacional das economias atrasadas se constituiu nas etapas do colonialismo e se manteve subordinada na fase úl-



tima do capitalismo imperialista. O máximo que pôde realizar foi a de ter conseguido erguer um Estado nacional e uma democracia oligarquizada, sem, contudo, libertar a nação oprimida do controle econômico e militar do imperialismo.

Essa tarefa passou inteiramente para as mãos da classe operária, que, como tal, tem de se constituir em classe independente e dirigente da maioria nacional oprimida, que na América Latina conta com a forte presença das massas camponesas e indígenas. O socorro aos venezuelanos atingidos pela tragédia deveria vir do movimento operário internacional. Somente assim a tragédia na Venezuela não seria utilizada pela tragédia da Venezuela. A classe operária venezuelana não tem outra via senão buscar o caminho de sua independência diante da burguesia, da impotente política do nacionalismo e da feroz política pró-imperialista.

A vanguarda com consciência de classe tem o dever de fazer um balanço do fracasso do nacionalismo chavista e iniciar imediatamente a constituição do programa da revolução social.

Publicamos abaixo a Carta Aberta da Liga Comunista Internacional (Spartaquista), recebida pelo POR, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI). Ao lado da Venezuela, há a urgência de defender Cuba contra o cerco dos Estados Unidos. Consideramos um dever revolucionário trabalhar pela constituição de uma frente única anti-imperialista em defesa das nações oprimidas, sob a estratégia da revolução social e da diretriz do internacionalismo marxista-leninista-trotskista.

Defender a Revolução Cubana!

Não à restauração capitalista!

Prezados companheiros,

A Revolução Cubana enfrenta seu maior perigo em décadas. Com Cuba sob o cerco implacável do imperialismo norte-americano e submetida a um bloqueio devastador, a direção do Partido Comunista (PCC) respondeu capitulando e abrindo a porta para uma mercantilização de longo alcance e para o capital estrangeiro. Esse caminho ameaça os próprios alicerces sociais da Revolução de 1959 e corre o risco de repetir, sob diferentes condições, os acontecimentos desastrosos que culminaram na restauração capitalista na União Soviética.

Portanto, convocamos todas as organizações e camaradas de esquerda dispostos a defender as conquistas da Revolução Cubana — desde socialistas revolucionários até dissidentes do PCC e militantes sindicais dentro e fora de Cuba — a rejeitarem estas reformas e colaborarem na defesa da Revolução. Independentemente de nossas diferenças em questões estratégicas mais amplas, compartilhamos uma responsabilidade urgente de nos opor à restauração capitalista, exigir o fim do bloqueio dos EUA e lutar pela preservação da economia planejada. A questão decisiva é se estamos preparados para agir juntos contra o perigo contrarrevolucionário.

Essa colaboração poderia assumir a forma de organizar eventos conjuntos, manifestações ou declarações, e divulgar o mais amplamente possível a necessidade urgente de uma oposição de esquerda ao curso desastroso da liderança do PCC nos países e áreas em que atuamos. Isso deve ser combinado com o debate mais amplo possível entre as massas trabalhadoras sobre o caminho a seguir. A Liga Comunista Internacional (Quarta-internacionalista) levantou alguns elementos desse programa em nossos artigos “Cuba: Como Parar a Catástrofe” (30 de junho) e “As ‘Reformas’ do PCC abrem a porta para a contrarrevolução” (20 de junho), assim como em nossos podcasts de 20 de junho, “‘Reformas de Mercado’: Capitulação Total ao Imperialismo — Há que defender a Revolução!”, e em 25 de junho, “Como evitar uma catástrofe? Abaixo as reformas! Forjar uma oposição de esquerda!”

Agradeceremos qualquer sugestão de iniciativas e trabalho conjunto. Agora, mais do que nunca, é urgente uma campanha anti-imperialista unida para oferecer ao povo cubano uma alternativa socialista tanto à estagnação burocrática quanto à contrarrevolução capitalista.

Saudações comunistas,

Julia Emery

Pela Liga Comunista Internacional (Spartaquista)

Bolívia

O governo dos empresários, por meio do decreto supremo 5654, elimina a dedução da folha de pagamento das contribuições para o funcionamento das organizações sindicais

(Extraído do jornal Masas boliviano nº 2890)

Essa é uma medida fascista típica que visa diretamente a deixar as organizações sindicais sem recursos para anular a atividade sindical. O objetivo é o de deixar os trabalhadores em geral sem defesa, para assim impor sem resistência a política pró-patronal e pró-imperialista da miserável burguesia nativa e do atual governo, laçao incondicional dos interesses do imperialismo norte-americano para que possa saquear o país.

Lança a medida num momento em que, em setores da pequena burguesia, há um sentimento de repúdio à burocracia sindical pela corrupção no uso dos recursos sindicais e outras conquistas, como a liberação do trabalho para exercer o cargo que os burocratas transformaram em um modo de vida sem trabalhar, distorcendo o objetivo de que o dirigente tenha todo o seu tempo para lutar pelos direitos e demandas dos trabalhadores diante dos abusos dos patrões e do governo.

A burocratização das direções sindicais sempre foi incentivada pelos empregadores, para subordinar os dirigentes aos interesses da empresa. E agora é um pretexto para tentar liquidar a atividade sindical.

Os sindicatos são uma criação dos trabalhadores como instrumento de luta contra a exploração e os abusos dos patrões e de seus governos. Foram conquistados na luta com rios de sangue proletário em todo o mundo. Devemos defendê-los e impor sua vigência com luta. Cabe aos trabalhadores, desde a base, recuperar o conteúdo revolucionário dos sindicatos e combater a burocracia que os distorce como instrumento de luta, praticando o colaboracionismo com os patrões e governos da burguesia. Rejeitemos todas as formas de colaboracionismo de classe. O colaboracionismo de classe consiste em que os trabalhadores se tornem cúmplices de sua própria exploração, submetendo-se aos interesses da empresa. A independência político-sindical é a condição indispensável para a vida sindical que deve ser defendida e imposta pelos próprios trabalhadores.

Os sindicatos são organizações amplas; todo trabalhador é filiado ao sindicato independentemente de sua orientação política. A orientação política que adota depende da tendência da direção. Quando são dirigidos por tendências contrarrevolucionárias, que geralmente se declaram apolíticas e antipartidárias, acabam sendo estrangulados por camarilhas burocráticas corruptas, subservientes aos patrões.

A Lei Geral do Trabalho reconhece o direito à organização sindical e que os sindicatos possuem patrimônio próprio, financiados pelas contribuições de seus filiados.

Contribuições que são retidas na folha de pagamento e transferidas para as contas sindicais.

Da mesma forma, a Constituição Política do Estado Plurinacional (Lei das Leis): "Art. 51. I. Todos os trabalhadores têm o direito de se organizar em sindicatos de acordo com a lei. II. O Estado deve respeitar os princípios sindicais de unidade, democracia sindical, pluralismo político, autosustentação, solidariedade e internacionalismo. [...] IV. O Estado respeitará a independência ideológica e organizacional dos sindicatos. Os sindicatos devem gozar de personalidade jurídica pelo simples fato de serem organizados e reconhecidos por suas entidades matrizes. V. O patrimônio tangível e intangível das organizações sindicais é inviolável, embargável e não delegável."

Convocamos os covardes burocratas a saírem debaixo de suas camas, onde se esconderam após a declaração do Estado de Exceção, e convocarem o Ampliado Nacional para organizar a luta contra o maldito decreto 5654, que visa liquidar a vida sindical.

14 de julho de 2026

BOLETIM
CERQUI
Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Boletim do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional Nº 5
Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Versão em Português 1º Nº 43 - maio de 2026

Escritos de Guillermo Lora sobre o internacionalismo proletário
O Partido Operário Revolucionário (POR-Bolívia) diante da tarefa de reconstrução da IV Internacional
Nas condições de crise mundial do capitalismo, emerge o programa da revolução social
Sobre a base do Programa de Transição, o CERQUI luta pela superação da crise de direção
Memória Eterna ao camarada Guillermo Lora!

Versão em Português
Nº 43 | MAIO DE 2026
Adquira o Boletim CERQUI e/ou outros materiais com um dos nossos militantes ou pelas nossas redes:
R\$ 5
☎ (11) 9 5446-2020
📧 massas.por
🌐 massas.org
📧 por@pormassas.org



Bolívia

O movimento camponês e o evismo **(Do jornal Masas boliviano no 2889)**

Colocado contra as cordas pelo bloqueio camponês das estradas, iniciado pela Federação dos Camponeses de La Paz “Tupac Katari”, o governo liderado pelas camarilhas reacionárias e racistas de Santa Cruz buscou deslegitimar a rebelião camponesa, apresentando-a como controlada e financiada por Evo Morales do Chapare, descrevendo-a como uma “conspiração narcoterrorista”.

Ao mesmo tempo, grandes operações de tráfico de drogas (malas, madeira de narcóticos, aviões de narcóticos) vieram à tona, nas quais os membros da oligarquia agroindustrial do Leste estavam envolvidos. Escândalos que o governo tenta encobrir a todo custo.

A burguesia é quem está envolvida até o pescoço no tráfico de drogas.

A composição do movimento camponês é diversa. Além dos camponeses-nação ancorados na miséria das pequenas propriedades no Ocidente, há outros setores camponeses importantes. Os colonizadores camponeses se estabeleceram no Chapare e outras áreas do oriente amazônico, produtores de coca, os cocaleiros dos Yungas, uma área tradicional para o cultivo da folha de coca, e os membros da comunidade camponesa rural que vivem em territórios coletivamente titulados.

O tráfico de drogas é resultado da grande demanda por drogas dos países imperialistas ricos; diante dessa demanda, é inevitável que os produtores de coca se conectem aos traficantes. Seu papel é o de fornecer matérias-primas, incluindo pasta base. Agora, o narcotráfico já é a produção em larga escala de drogas e sua transferência para mercados de consumo em massa no mundo. Poderosos cartéis internacionais estão no seu comando, em cumplicidade com os fazendeiros do Leste. De suas fazendas saem aviões carregados de drogas e formas engenhosas de camuflagem do produto, como, por exemplo, a exportação de madeira impregnada com toneladas de cocaína.

Para as correntes indigenistas, a luta contra a opressão das nacionalidades se reduz à revalorização dos saberes ancestrais e de seus próprios valores morais e culturais, que os opressores K'ara desprezam e combatem. Essa é uma concepção reacionária porque ignora o fato de que os objetivos dos camponeses são condicionados pela forma como produzem sua vida social. Transformados em pequenos proprietários minifundiários, não consideram a

necessidade da revolução social que destrói os fundamentos da estrutura capitalista atrasada, que é a grande propriedade privada sobre os meios de produção, a base material da opressão econômica e social das nações indígenas. Uma revolução necessariamente dirigida pelo proletariado, por ser a classe não proprietária de nenhum meio de produção, em aliança com as majorias camponesas e as massas pobres das cidades.

Os comunários que ainda persistem nas terras altas improdutivas praticamente abandonaram o trabalho agrícola e se envolveram no lucrativo negócio de contrabando de mercadorias e, certamente, também de drogas que passam por seu território. Eles são, junto com os produtores de coca do Chapare, os poucos que ainda permanecem leais a Evo Morales.

Os camponeses, quando lutam, agem com a ferocidade característica das rebeliões indígenas. É a fúria da nação oprimida, acumulada ao longo dos séculos.

Evo Morales aproveitou a rebelião popular contra a política entreguista privatizadora do neoliberalismo para chegar ao poder apresentando-se como o libertador das nações indígenas e em nome dos camponeses, com o único argumento de sua condição indígena camponesa.

Seu “processo de mudança” foi esgotado em puro simbolismo indigenista sem tocar na base material capitalista que condiciona a opressão nacional.

Evo Morales não é mais um camponês e só tem o rosto de índio. Ele professa uma política francamente pró-burguesa que aplicou em seu governo em favor dos grandes empresários, latifundiários e apoio às multinacionais imperialistas.

Os camponeses já se desprenderam do evismo, e nesse conflito tiveram pouco a ver com Evo. Ele é apenas um oportunista; politicamente, é um cadáver que tenta ressuscitar entrando sorrateiramente nesse movimento. Na ausência política do proletariado como guia do combate, os camponeses acabaram sendo arrastados de volta para o circo eleitoral burguês.

Somente a política revolucionária proletária será capaz de canalizar a luta camponesa indígena pela autodeterminação nacional e pela superação do minifúndio.

Bolívia

Começam a repressão e as medidas econômicas do governo

O silêncio cúmplice da direção da COB mostra que a burocratização do sindicalismo está por ser resolvida
(Do jornal Masas boliviano nº 2889)

O governo de direita, após conseguir resistir ao poderoso bloqueio de 53 dias, começa a lançar, com a taxa de câmbio flutuante do dólar, seus anunciados decretos econômicos neoliberais, atacando diretamente o bolso dos trabalhadores e da população em geral, reduzindo o poder de compra de seus ingressos. Paralelamente, começou a repressão com a prisão do principal dirigente, Vicente Salazar, da Federação Departamental Única dos Camponeses de La Paz, “Tupac Katari”. O Ministério Público emitiu

a resolução formal de acusação contra o líder por cinco crimes e solicitou sua detenção preventiva por um período de seis meses.

Estamos diante da contraofensiva desencadeada pelo governo, exigida por empresários privados e, especialmente, pelos agroindustriais do Leste, sedentos por punir os dirigentes do conflito de maneira exemplar.

As burocracias sindicais da COB, FSTMB e CGTFB traíram a luta ao assinar o “Acordo para a pacificação e recuperação do



país", sabendo que, para Rodrigo Paz, é papel higiênico e que ele não o cumprirá, não abriram a boca, nem emitiram qualquer declaração condenando essas medidas e ações do governo.

As massas (camponeses, mineiros, operários de fábrica e outras classes exploradas) não foram derrotadas neste conflito. Atravessam um período de refluxo, uma reação esperada após a grande mobilização. Os setores pobres e marginalizados estão atentos e vigilantes ao que o governo está fazendo. O que é trágico é o que está acontecendo dentro das fileiras do movimento operário e popular: a atitude covarde e conciliatória das direções sindicais das principais confederações operárias que desarmam e enfraquecem o movimento operário e popular, deixando um vácuo de direção.

A crise da Central Operária Boliviana só pode ser explicada pelo abandono dos postulados políticos revolucionários do proletariado, assumindo como se fosse sua a ideologia da classe dominante: a democracia burguesa. Situação agravada pelo período de estatização dos sindicatos durante 20 anos do regime do MAS,

no qual a direção degenerou e acabou se juntando à administração estatal como sanguessuga.

Já no Congresso da COB, realizado em Cobija, foi aprovada a tese política proposta pela Confederação dos Operários Fabris da Bolívia, que expressa uma política pró-burguesa de conciliação e convivência com os capitalistas e o investimento estrangeiro, para o que chamam de "economia mista para a Bolívia", proposta como modelo de economia dentro do quadro de um sistema democrático burguês de respeito aos interesses privados dos grandes proprietários, consagrada à sua também defendida e venerada Constituição Política burguesa. Argollo e companhia são guiados pelas ideias que respondem à mentalidade dos empresários, impedindo os explorados de pensar com a própria cabeça. É essa orientação que explica seu silêncio cúmplice diante das políticas econômicas do governo empresarial, que visam a aplicar o modelo econômico neoliberal na Bolívia.

A rebelião operária e camponesa de dezembro de 2025 a janeiro de 2026, que dobrou o braço do governo com a revogação do decreto 5503, estava bem orientada; o objetivo central da luta era o de quebrar a espinha dorsal do governo de Rodrigo Paz, que não é outra senão sua política neoliberal, entreguista e esfomeadora.

A luta continua. O que deve ser discutido em todos os setores afiliados à Central Operária Boliviana é como se preparar para o próximo ataque. E que se busque não apenas a saída do governo, mas que toda a classe dominante seja expulsa do poder, que operários e camponeses formem seu próprio governo e seu sistema democrático baseado nos órgãos de poder de massa (Assembleia Popular).

Neste último enfrentamento classista, se evidenciou a ausência de uma direção capaz de guiar a luta nacional em direção aos objetivos revolucionários. É necessário que, para as próximas lutas, a classe operária retorne ao seu eixo político revolucionário, supere a burocracia e se coloque à frente da nação oprimida, e assim surjam novas direções que saibam o que querem e o que buscam.

Bolívia

O fascismo em ação!

O decreto supremo 5654 elimina a retenção de contribuições sindicais na folha de pagamento

(Do jornal Masas boliviano nº 2890)

Para quem não é um cretino de direita, é óbvio que o que se pretende com este decreto é enfraquecer os sindicatos cortando a cobrança das contribuições sindicais. O fascismo tem como principal objetivo a destruição das organizações operárias, como seus sindicatos e partidos políticos. O que determina este decreto é apenas um: quebrar o movimento sindical e popular para evitar qualquer movimento de protesto e luta que impeça a aplicação de sua política antinacional, pró-imperialista e esfomeadora do povo.

Que a burocracia sindical faça mau uso ou não dos recursos sindicais é algo que cabe aos trabalhadores resolver desde as bases. Recuperar o conteúdo revolucionário do sindicato como instrumento de luta contra a exploração burguesa e combater a burocracia que o desvirtua. As contribuições sindicais são uma conquista necessária e uma obrigação coletiva dos trabalhadores para a manutenção dos sindicatos criados por eles mesmos como instrumentos de luta contra a exploração dos patrões.

Sabemos que a burguesia e seus governos são os maiores corruptores dos sindicatos, comprando, por meio de subornos e bebes, dirigentes sem consciência de classe sólida, para subordiná-los aos interesses dos patrões, traindo as bases.

NÃO SE PODE PERMITIR A INTERFERÊNCIA DO MALDITO GOVERNO DE PAZ

EXIGIMOS QUE OS BUROCRATAS COVARDES SAIAM DEBAIXO DAS CAMAS, ONDE SE ESCONDERAM APÓS A DECLARAÇÃO DO ESTADO DE EXCEÇÃO E CONVOQUEM O AMPLIADO NACIONAL PARA ORGANIZAR A LUTA CONTRA O MALDITO DECRETO 5654, QUE VISA LIQUIDAR A VIDA SINDICAL.

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.

R\$ 40



Bolívia - Declaração da BRIGADA SINDICAL REVOLUCIONÁRIA (BSR)

O decreto supremo fascista 5654 de Rodrigo Paz visa destruir as organizações operárias e sindicais para silenciar o protesto e a resistência, abrindo caminho para a chegada de investidores privados (para a qual prepara suas “10 leis malditas”) e impor suas políticas de fome e miséria às já empobrecidas famílias bolivianas

(Extraído do jornal Masas boliviano no 2890)

1. O Decreto Supremo 5654 responde à política fascista desenvolvida por este governo empresarial. O fascismo, como corrente reacionária da ultradireita, tem como principal objetivo a destruição física das organizações operárias, como seus sindicatos e partidos políticos.

2. Rodrigo Paz, órfão do apoio social e popular ao seu governo e às suas políticas neoliberais, não tem outra opção senão impor essas medidas repressivas que se traduzem na violação das liberdades democráticas de organização e liberdade de expressão estabelecidas na legislação boliviana, bem como implementar um regime de terror com perseguição e prisão de líderes sindicais e camponeses.

3. O objetivo deste decreto fascista é apenas um: quebrar o movimento sindical e popular para evitar qualquer movimento de protesto e luta que atrapalhem as pretensões entreguistas de vender o país e seus recursos naturais às multinacionais, bem como vencer a resistência popular para implantar, sem contratempos, a taxa de câmbio flexível do dólar, que significa a perda constante e diária do poder de compra de nossos salários. Sua política é clara: repressão e cárcere para as grandes maiorias empobrecidas e favoritismo ilimitado para aumentar os lucros dos setores agroindustriais, mineradores privados, cooperativas de ouro e banqueiros do país.

4. As contribuições sindicais são uma conquista social e histórica do movimento operário que busca garantir o funcionamento dos sindicatos criados como organizações para a defesa dos interesses dos trabalhadores. As contribuições feitas pela base permi-

tem materializar e efetivar uma autonomia e independência sindical e política da classe operária diante dos governos e da classe dominante.

5. As contribuições sindicais são produto da decisão soberana dos trabalhadores em relação às suas organizações. O governo e os empregadores não têm nada que interferir em questões internas de organização da classe operária. Fora as mãos sujas de Rodrigo Paz dos sindicatos.

6. O decreto supremo ignora o Artigo 51 da Constituição Política do Estado e a própria Lei Geral do Trabalho, que se refere ao direito à organização e ao funcionamento dos sindicatos e à obrigação do Estado e seus governos de garantir seu pleno desenvolvimento.

7. Hoje eliminam as contribuições sindicais, depois farão o mesmo com a conquista social da liberação do trabalho [dos dirigentes] para exercer o cargo. Não podemos esquecer que o governo também anunciou sua intenção de revogar a Lei Geral do Trabalho como um todo para substituí-la por outra.

8. Sem contribuições ou com contribuições, a luta continuará até derrotar o governo de empresários. Organizemos imediatamente a luta para revogar este maldito DECRETO FASCISTA. Convocamos a direção da Central Operária Boliviana, da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia e da Confederação Geral dos Trabalhadores Fabris da Bolívia a se pronunciarem a respeito e convocar ampliados setoriais e nacionais.

La Paz, aos 14 dias de julho de 2026

Publicamos a entrevista de Ariel, dirigente do POR Bolívia, dada ao canal Revolução, um Debate Necessário, do Partido Operário da Argentina (POR), seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI).

Bolívia

Balanço dos 53 dias de luta

Lucrecia: Bom, Ariel, eu queria perguntar (...) como começou a luta? Quais eram as principais reivindicações? (...).

Ariel: Sim, na realidade, é uma consequência das primeiras medidas que adotou o governo de Paz que cancelou a subvenção à gasolina. Essa mobilização teve uma terrível limitação, que foi a concessão que fez a direção da Central Operária Boliviana de assumir como necessário que se devesse, em algum momento, aca-

bar com a subvenção aos combustíveis. A reação da população era uma coisa fora de discussão: levantar o preço dos carburantes iria trazer como consequência uma escalada de preços, radical, muito violenta, e que isso iria trazer como consequência uma drástica queda na capacidade aquisitiva dos ingressos familiares, o encarecimento na cesta básica familiar. (...) Então, o conflito recente tem como antecedente esta situação que tem tido um grande impacto

principalmente no campo. (...) Mas o elemento desencadeante foi o projeto da Lei 1720 (...), cujo conteúdo essencial é facilitar um processo a partir do qual se possa transformar a terra, a pequena parcela, a pequena propriedade camponesa, em objeto de comércio no mercado, porque a lei vigente, tanto desde a reforma agrária com a lei INRA, estabelece que a pequena propriedade camponesa não é embargável, é intransferível (...).

Lucrécia: Isso desde 1952, não, Ariel?

Ariel: Isso. Desde 1952 e se perpetua na lei INRA, porque a lei INRA adotou vários critérios para operar o tema da titulação das terras e facilitar processos nesse sentido. Mas, além disso, a lei INRA fez uma classificação para impositiva para a questão. A pequena parcela não paga impostos. A partir da média e grande propriedade se pagam impostos. Mas a burguesia industrial em Santa Cruz mascarou milhares de hectares, fragmentados em 50 hectares, porque até 50 hectares é considerada pequena parcela. Então não pagam impostos. (...) Mas, em todo caso, isso também é um inconveniente, porque, obviamente, a terra, sob esses termos, não pode ser usada como garantia hipotecária, ou seja, não se pode usar a terra para respaldar um crédito. Pelo menos, formalmente, e isso é o que interessa aos grandes proprietários. É significativamente importante, porque não é verdade que o regime agrário da lei INRA e da reforma agrária, que também está na Constituição, impedisse o crédito aos pequenos camponeses proprietários. Houve um estudo, uma publicação da Fundação Terra, que dava conta da falácia da possibilidade de que o camponês acessasse o crédito através da transformação da pequena parcela em média propriedade, para que pudesse ser objeto de crédito bancário e, dessa maneira, impulsionar o desenvolvimento produtivo. (...)

Lucrécia: Envolvê-los para tirá-los da terra, digamos.

Ariel: Assim é. Ou seja, a pequena parcela é tremendamente improdutiva, e ainda mais considerando as limitações tecnológicas de sua exploração. Basta mencionar este referente. O hectare de tomate na região de Saipina produz cerca de 26, 28, até 30 toneladas de tomate por hectare. Em Israel, no Japão, se produzem 200 toneladas por hectare de tomate. E, obviamente, está vinculado à forma de exploração da terra e à pobreza da parcela que é objeto do cultivo. Então, tudo isto indica que, na realidade, o propósito final era isso. Especialmente nas regiões urbanas, próximas às cidades, no caso do Vale Cochabambino, por exemplo, há todo um cordão de pequenas propriedades agrárias ao redor das cidades, onde está o limite urbano. Então, a transformação de terra agrícola em terra urbana é um salto que implica uma diferença enorme, de uns poucos dólares miseráveis a um mínimo de 18 dólares por metro quadrado. Então essa transformação para o especulador de terra para lotear e vender como terra urbana é uma coisa muito importante e altamente esperada e os bancos estão interessados que isso se leve adiante. Todas essas coisas tem preocupado os camponeses, então a marcha contra a lei que começa em Pando e o Beni, no Oriente, avança sobre La Paz e simultaneamente está o cabildo da COB, que deliberou pela decretação da greve por tempo indefinido. E para apoiar a marcha e para, ademais, aprovar as reivindicações entre as quais a do incremento salarial, porque depois do gasolinaço tudo estava caríssimo e para os setores assalariados, fabris, operários, professores especialmente, a questão do salário mínimo, que permita cobrir o custo da cesta básica familiar, se tornou um problema de crucial importância. (...) Outro problema ligado às limitações da COB é que a greve nunca foi greve. Nunca pararam os fabris, nunca pararam os mineiros. Se incorporaram à mobilização. As empresas internacionais não se opuseram ao bloqueio. Recordo que vários companheiros nos comentaram que lhes deixaram sair a bloquear por turno. A única condição é que não parasse a produção. Os da primeira ponta começaram a trabalhar, mas como os da segunda ponta começaram a trabalhar à tarde, então eles bloquearam. (...) O mesmo aconteceu com os mineiros da estatal. Muitos foram a La Paz. Uma mobilização imponente, os de Colquiri, de Huanuni etc., muito radical, mas não houve realmente greve. E, da mesma forma, a resposta, da perspectiva do movimento operário à

pergunta de: se cair Rodrigo Paz, quem vem? está ausente, não se diz, não se formula. Se bem que no Cabildo, como formalidade, diziam, Assembleia Popular, vamos apoiar, mas esse não era o eixo da demanda da COB, em termos de resposta à crise política. Então, sobrava a ideia de uma saída burguesa eleitoral à crise política. Não está explicitamente dita, mas está implicitamente suposta a partir da forma da formulação. Que se vá Rodrigo Paz e não dizemos o que vem. Isso deu muita vantagem ao governo para poder acusar os mobilizados de serem instrumentos de Evo Morales

Lucrécia: Agora, Ariel, com isso que você está dizendo e tentando não ser impressionista, porque acho que algo que aconteceu no início da luta e que o POR boliviano anunciou corretamente foi que quando a COB anunciou a greve geral indeterminada, o resto dos países da América Latina (...), realmente gerou muito entusiasmo, porque disseram, por fim, há uma central sindical que prepara uma greve geral entre as medidas anti-imperialistas (...)

Ariel: Sim, está bem o que você diz. Essa discussão está posta. Mas o objetivo é que não alcança o volume, o corpo suficiente como para encerrar a burocracia. Para obrigar a burocracia a levantar essa bandeira. Se a burocracia falou no caminho da Assembleia Popular, foi circunstancial, e quem falou foi o Paye, da Federação de Mineiros, mas não era a consigna central da mobilização. Pôr em pé a Assembleia Popular e elaborar um programa revolucionário alternativo que implique retornar à Tese de Pulacayo, porque isso significaria que se realizem nas minas, desde as bases, o controle operário, ou seja, o retorno à ideia de que as minas devem passar as mãos do Estado e que a terra deve estar sob controle dos camponeses. Esta consigna da revolução de 1952, que é o eixo da Tese de Pulacayo, implicaria retomá-la e isso é o que não ocorreu. Por quê? Porque esta discussão não alcançou corpo suficiente para obrigar a burocracia a adotá-la. Então, esta é a limitação de origem, de nascimento da mobilização, que vai marcar a fogo o resto. (...)

Lucrécia: Aqui também. Parece que é uma política de burocracia generalizada.

Ariel: Sim, isso está pesando porque acreditam que sua tarefa é colaborar com o governo ou chegar a um acordo. Acreditam que sua missão é ver como colaboram. Não é a ideia de elaborar um programa revolucionário. Para a direção isso é algo que não se pode. Então, o pragmatismo é o que guia a sua conduta. Veja por exemplo em Manaco, que é uma das fábricas mais importantes, a vanguarda histórica do movimento fabril em Cochabamba, o dirigente sai a justificar seu acordo com o governo, dizendo que não tem outra, a fábrica está em crise. Então, para salvar a fábrica, diz que fez um acordo para que lhes dessem um contrato para a fabricação de botas para o exército. (...) Resulta que a burocracia acredita que essa é a função e tarefa dela: chegar a acordos com a patronal e com o governo, em nome de salvar as fontes de trabalho. Então, isso pesa, que é o que vem como herança do pensamento imediato das práticas sindicais que o MAS conseguiu instalar em todo o movimento popular boliviano. (...) Essa é a limitação principal em todo este processo.

Lucrécia: Ramón, você havia pedido a palavra?

Ramón: O que a gente se importa e o que chamou a atenção em toda a América Latina, especialmente, é que a política e os planos econômicos são os mesmos. Ou seja, a política que se aplica no Chile, no Equador, no Paraguai, na Argentina, são os mesmos planos que o Fundo Monetário Internacional recomenda. De alguma maneira a Bolívia mostrou o caminho, que somente com a ação direta se pode enfrentar essas políticas. Isso, independentemente, como bem assinala Ariel, na primeira parte da intervenção, qual era a limitação ou a debilidade que tinha o movimento, desfechou um golpe extraordinário a este governo. O governo de Rodrigo Paz ficou debilitado. (...) Conseguiu que se aprovasse o estado de exceção, mas depois não teve como levá-lo adiante (...) E o que bem assinala Ariel é que não houve uma derrota (do movimento). (...)

Ariel: Sim, antes de entrar nisso, há este detalhe que me parece

importante de não perdê-lo de vista, que dá a medida do fracasso do governo na sua tentativa de se potenciar no mal-estar contra o bloqueio. É gráfico o que aconteceu em São Julián, quando o governo, na região de Santa Cruz, contratou elementos lúmpens, que, juntamente com a União Juvenil Cruzenhista, foram desbloquear. A intenção do governo era apresentar o fato de que o povo estava indo bater nas costelas dos bloqueadores revoltosos. O resultado foi exatamente o contrário. A incorporação da população em defesa dos bloqueios se potencia, os põe a bater em retirada. Quiseram fazer o mesmo em Cochabamba, quando a União Juvenil Cochala tentou se organizar para ir desbloquear no Parotani e no rio Waikuli. Houve um enfrentamento muito forte contra os governistas. Mesmo assim, tentaram desbloquear em La Paz, mas não conseguiram que a pequena burguesia se juntasse a essa ação, que tinha por intenção ensanguentar as estradas. Mas é certo que a classe média esteve contra o bloqueio e exigiu que o governo o solucionasse, recorrendo ao estado de exceção. E o governo não se atreveu a lançar devido à ameaça da fratura interna, pela incapacidade operacional efetiva: desbloquear 152 pontos de bloqueio exigia uma operação muito grande, que a Polícia Boliviana não teve capacidade. E o Exército tampouco. Porque, além disso, os próprios militares sabiam que implicava um massacre. Por isso não o executaram. Mas a questão apontada sobre as medidas que se adotaram, aproveitando a desmobilização, porque inevitavelmente, depois de todo o levante radical das massas de mobilização, há um refluxo, há um retrocesso. Aproveitando o recuo, o governo lançou a desvalorização e impôs a flutuação do dólar. As consequências são terríveis. Embora, com a suspensão dos bloqueios, os produtos, frutas, verduras, tenham baixado de preço, o resto tem subido. Por quê? Porque tudo que vem por importação já não vai ser calculado em termos impositivos a uma paridade cambial (...). Efetivamente, a situação de encarecimento está empurrando importantes camadas ao desespero, a uma situação dramática. Então, esse tensionamento pode explodir. Está anunciada a ameaça de retomar a mobilização em outubro, veremos se isso acontece. Há uma crise de direção muito notória.

Lucrécia: Queria fazer a pergunta: (...) talvez depois de mais de 40 anos, o POR, perdeu a direção da Federação de Professores. Se você pudesse contar um pouco que balanço se faz.

Ariel: Sim, é uma expressão conjuntural. Você está falando de que a eleição se desenvolve no momento do refluxo. Os professores saíram muito radicalmente ao combate, aceitaram o bônus contrariados, imposto mediante uma manobra, e a mobilização se afrouxou. E, obviamente, se sentiram prejudicados pelo bloqueio. Então há um refluxo, e nesse cenário de refluxo se fazem as eleições. E URMA perde por 276 votos de diferença, e há uns 10 mil professores que não votaram. É uma abstenção terrível. URMA conseguia 13 mil votos, agora obteve 7 mil, e o ganhador 7,267 mil. Bom, o governo bateu palmas, o ministro se sentiu autorizado a atacar, anunciou uma coisa realmente louca, disse que faltam professores na Bolívia, que há um déficit de professores normalistas formados e que, portanto, eles estão considerando a possibilidade de abrir o magistério como profissão livre, uma ideia muito antiga dos neoliberais, que é uma falsificação, uma inverdade. Há uma massa enorme de professores que, primeiro, não entram porque já ingressaram e não há itens à disposição, e há outra massa que tem uma carga horária muito baixa, 36 horas, 72 horas, não é que falte mais, o que falta são itens, mas o governo se interessa por liberalizar o magistério, para usar isso como ariete contra o magistério organizado. E obviamente sente que pode avançar aí, porque não estão os radicais da URMA através da Federação.

Lucrécia: E quem ganhou?

Ariel: Um grupo reacionário de pessoas tremendamente desqualificadas e ignorantes. Como exemplo, uma de suas dirigentes foi expulsada de URMA porque, aproveitando de sua condição de dirigente, se descobriu que estava negociando a cobrança de comissão com uma empresa imobiliária que oferecia vender aos

professores terrenos. (...) Ela agora é dirigente. E a executiva é uma pessoa com poucas luzes culturais. Porque realmente é terrível. Então é essa gente. É gente que está aí para ver como obtém vantagem. E vai se esforçar para desenvolver uma caça às bruxas com base em calúnias, mentiras e falsificações. Temos a experiência do que foi a situação em Cochabamba, isso nos dá uma grande vantagem para compreender como vão atuar e como rapidamente os professores vão se arrepender, como o que acontece com essa gente que não foi votar. E por que não foi votar? Porque não queria apoiar a oposição, mas também não queria votar por URMA. Porque já basta de muito conflito. Expressão do refluxo, circunstancial, conjuntural. E isso, agudizado pela fome, pela crise, vai voltar a tensionar. E quando está mais tensionada, vai reclamar que a vanguarda volte à direção. Agora o que aconteceu é isso, esse refluxo tem isolado a vanguarda momentaneamente. Mas isso vai se reverter rapidamente por causa da crise. Isso é o que estou pensando. E isso pode se expandir em alguma medida em todo o movimento operário.

Lucrécia: Certo. Como você bem disse, essas burocracias, cuja única política é a gestão, têm a própria contradição que não podem dar resposta aos problemas das bases, nem a poder enfrentar ao governo, porque estão inabilitados pela sua própria essência, e isso inevitavelmente vai levar a um choque (...)

Ariel: Sim, estamos enfrentando a política imperialista que pretende resolver a crise, descarregando-a sobre o povo latino-americano, sobre os diferentes países. Através da precarização laboral, da entrega por trocados dos recursos naturais ao capital financeiro, tudo isso seguindo as diretrizes do governo de Trump, interessados em frear a expansão da China no marco da crise geral que existe na economia mundial. Mas, ao mesmo tempo, muita gente acredita que estamos enfrentando uma direitização, e eu acho que isso é errado, porque mesmo que os governos burgueses se movam para a direita, imediatamente enfrentam as massas nas ruas, que não estão dispostas a aceitar que a crise seja descarregada nas suas costas. O que acontece na Argentina, o que aconteceu aqui, o que está acontecendo no Chile, em geral, dá a dimensão da resistência das massas e (...) do período de agudização da luta das classes, onde a experiência boliviana, e acho que também da Argentina e de outras latitudes, coloca sobre o terreno como sair dessa situação. E obviamente o problema é o da direção, mas por direção não nos limitamos a dizer quê partido, mas essencialmente com que programa, que orientação, com que programa o proletariado vai derrotar o imperialismo e avançar na unidade da nação oprimida. Ou seja, projetar-se a nível continental como uma frente anti-imperialista. O programa não é outro senão o do proletariado: o da expropriação do grande capital financeiro, nacionalização dos recursos naturais, estabelecimento do monopólio do comércio exterior, nacionalização dos bancos. O principal problema é o problema da direção, e por direção entendemos esse programa, um programa que permite unificar a nação oprimida em torno à perspectiva revolucionária de acabar com a opressão imperialista e a exploração capitalista, que é a que está condenando o mundo a uma situação de barbárie cada vez maior. Concordo contigo com a ideia da unidade continental dos Estados Unidos Socialistas da América é fundamental, porque é a concretização da estratégia que começa dentro das fronteiras de cada país, mas que tem de avançar na perspectiva dessa derrota continental. (...) Então, acho que essa é a tarefa principal. Poder levantar a Frente Anti-imperialista, o Programa da Revolução Proletária, o Programa da Socialização dos Grandes Médios de Produção e, obviamente, que o Estado Operário deve passar a controlar os recursos naturais para o benefício do desenvolvimento dos povos latino-americanos e não do imperialismo.

Lucrécia: Muito obrigado, Ramon. Muito obrigado, Ariel. Com certeza, haverá algum folheto sobre esta grande luta dos 52 dias, porque nos serve a todos

Ariel: Já está na gráfica.

Chile

Na Araucanía, o Sr. Kast tem uma discussão tensa com uma criança

(Do Jornal Lucha Obrera do Chile nº 76)

A pessoa arrogante, somada à prepotência fascista diante de qualquer situação que a incomode, responde com brutalidade, em palavras ou ações típicas do seu estilo. Não é um erro, é o modo de proceder de todo o regime político que representa. O fato acontecido na cidade de Villarrica, na área da Araucanía, ocorreu no Centro Cultural Lquén, quando o presidente a visitava para entregar escrituras de propriedade aos moradores mapuches. O que provocou a sua raiva foi a recusa de uma criança em lhe estender a mão. Sentindo-se despeitado, gritou para a criança que não se deixasse manipular pelos adultos. A mãe, saindo em defesa da criança, manifestou que Kast era um farsante e fascista. O séquito de policiais que acompanhava o presidente prendeu a mãe, acusando-a de ter problemas com drogas. O que ratifica a natureza de farsante e mentiroso. Quando a mãe foi presa, a criança foi deixada sozinha e abandonada. Essa é a atitude servil recorrente da polícia em todo o mundo.

A pretensão da burguesia é fazer as pessoas acreditarem que esses títulos de terra são uma benesse para os mais miseráveis, do mesmo jeito que fazem com as populações urbanas marginais. No caso da Araucanía, são terras usurpadas à força contra a nação-classe mapuche pelo Estado do Chile, pelo exército e pela polícia. Terras que ancestralmente pertencem a eles e não são um presente porque sua propriedade foi transmitida de geração a geração. Todo homem, mulher e criança conhece a história; os únicos imbecis que não reconhecem, negando a história do Chile, são os políticos e governos burgueses do regime capitalista.

Na profunda decomposição capitalista, é impossível sair do atraso se a produção não cresce, o que é uma contradição em um país sem indústrias como o nosso, e muito menos se pode dizer que seja a "Europa latino-americana", pois, após a Revolução Francesa, um marco da transição do feudalismo ao capitalismo, afirmou-se no poder uma nova classe, a burguesia dominante proprietária dos meios de produção capitalistas, que promoveu a industrialização, enquanto em nosso país se lutava contra o deca-

dente império espanhol, conseguindo criar uma primeira junta de governo em 1810 e se libertando em 1818. Um Estado foi formado dentro de um sistema capitalista atrasado, ou seja, com uma economia desigual combinada com atraso pré-capitalista. O Chile é um país perpetuamente atrasado que, dentro do sistema atual, nunca conseguirá superá-lo. Sua única opção, sob o capitalismo, é continuar entregando seus recursos naturais – administrados pelos interesses forâneos multinacionais – ao imperialismo norte-americano, atualmente o cobre e o lítio.

A megarreforma proposta por Kast consiste em manter a superexploração da classe operária e de todos os trabalhadores nacionais, aumentando a jornada de trabalho, diminuindo os salários, trazendo consigo maior desemprego, menor produção, mais fome e miséria para toda a nação oprimida do país.

Chamamos a atenção para a proposta desse regime e reafirmamos que somente a unidade da classe operária com os trabalhadores da cidade e do campo poderá derrotar as medidas anunciadas pelo governo atual unido à ultradireita. Toda rebelião popular deve ser fortalecida pela ação direta da classe operária nacional, agindo contra o governo e as direções sindicais burocratizadas corrompidas pelos partidos burgueses, sua polícia e forças armadas.

Só a revolução proletária tirará o país do atraso e da miséria. Devemos trabalhar pela construção do partido operário revolucionário, usando as táticas revolucionárias do proletariado, para aplicar sua estratégia, que é tomar o poder e dirigir a revolução proletária, pondo em pé um Governo Operário-Camponês, como transição para um sistema socialista de produção, onde os meios de produção sejam de propriedade social, pondo fim à propriedade individual.

A América Latina, mediante a revolução proletária, deve se constituir nos Estados Unidos Socialistas da América Latina, liderados por um governo operário-camponês.

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

GUERRA NA UCRÂNIA
POSICIÓN E RESPUESTA
DO INTERNACIONALISMO
PROLETÁRIO

SOLO LA CLASE OBRERA,
ORGANIZADA, UNIDA E EN LUCHA
POR EL FIN DE LA GUERRA
IMPERIALISTA

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



Palestina

1.000 dias do genocídio dos palestinos - situação no oriente médio pode avançar para a retomada do conflito em larga escala



Apesar do cessar-fogo acordado no final de 2025, o genocídio do povo palestino não cessou. O ano de 2026 foi marcado por diversos ataques levando à morte aproximadamente 1.100 palestinos. Fazem parte dos 84.459 mortos e desaparecidos sob os escombros de Gaza. É importante considerar também a subnotificação, que, segundo estudo da Lancet, pode chegar a 4 mortes indiretas para cada morte direta, colocando os números do massacre em valores muito mais elevados. Desde 8 de outubro de 2023, foram 22.882 crianças assassinadas, uma a cada 52 minutos. No último dia 10, Muataz Abu Shaar, de 10 anos, foi atingido por tiros israelenses em Rafah, no sul de Gaza.

Os ataques sionistas à infraestrutura de Gaza resultaram de uma tática de guerra particularmente cruel, pois impossibilitou a reabilitação rápida das formas de produção e sustento. Isso conduziu diretamente à fome extrema, que vitimizou mais de 500 pessoas e colocou mais de 3 milhões sem a perspectiva de comer no dia seguinte. A ajuda humanitária é escassa. Mesmo assim, foi alvo da barbárie israelense, que matou mais de 3.000 palestinos nas filas de comida. Esse é um quadro em miniatura da falência geral do capitalismo e da impossibilidade de o democratismo burguês resolver um genocídio que acontece debaixo dos seus olhos.

A resistência internacional refluuiu drasticamente desde o cessar-fogo de outubro do ano passado. O Brasil é um exemplo, já que poucas manifestações foram organizadas nesse período.

Enquanto Israel segue com ataques esporádicos a Gaza e avança sobre a Cisjordânia, acontecem reuniões no Cairo, com o Hamas e representantes dos EUA e outros países, no sentido de implementar a segunda etapa do "plano de paz". O Hamas afirma, no entanto, que os ataques de Israel impedem qualquer avanço nesse sentido.

Por outro lado, crescem as tensões entre os EUA e Israel, apesar de todo apoio dado pelo primeiro para que o segundo promovesse o genocídio e os ataques aos países vizinhos, principalmente ao Líbano. Os EUA declararam recentemente que um plano sobre o Líbano estava avançado e que as negociações estavam sendo bem-sucedidas. Nesta quinta-feira (16), no entanto, o Ministro da Defesa de Israel comunicou aos EUA que não vão deixar o sul do Líbano. O acordo que estava sendo costurado propunha "zonas-piloto" no Líbano, das quais as tropas israelenses deveriam se retirar. No

comunicado, também afirmou que permanecerão nas chamadas zonas de segurança da Síria e de Gaza. A justificativa foi a de proteger as fronteiras de Israel contra as "forças jihadistas". Soma-se a isso o cancelamento de uma viagem que Netanyahu faria para os EUA nas próximas semanas. Está claríssimo que o Estado sionista age no sentido de anexar o quanto for possível dos territórios em disputa.

Os crescentes desentendimentos entre os governos de Israel e dos EUA não devem chegar a uma ruptura. Tudo indica que serão resolvidos por acordos particulares no sentido de manter a dominação imperialista sobre o Oriente Médio, o que exige uma parceria forte entre EUA e Israel. São, no entanto, dissensões que devem ser aproveitadas pela resistência local e internacional.

O Hamas anunciou, na semana passada, que dissolveria seu governo em Gaza para dar andamento ao plano de paz, mas até o momento isso não aconteceu. O Comitê escolhido no acordo para assumir a direção administrativa e política de Gaza ainda não entrou na Palestina e permanece no Cairo, Egito. É bom lembrar que esse comitê foi criado por Trump, no contexto do "plano de paz", que visa desarmar e afastar o Hamas do seu território.

Está claro que os debates, votações e processos que ocorreram na ONU e nos tribunais internacionais foram uma forma de desvio e enfraquecimento da resistência pela ação direta. Não foram capazes de conter o massacre e, sequer, de traçarem um plano de paz temporário. Isso indica que a luta deve ser contra as forças imperialistas sem deixar de responder ao democratismo burguês e pequeno-burguês impotentes. A bandeira que está de acordo com essa resposta é a da frente única anti-imperialista, já que unifica as classes exploradas dos diferentes países oprimidos pelo imperialismo, ao mesmo tempo que expõe a inércia das correntes reformistas e dos governos burgueses democratizantes, que se limitam a declarações em relação ao genocídio, como no caso do governo Lula.

De conjunto, a situação no Oriente Médio permanece grave. O conflito dos EUA com o Irã avançou novamente nos últimos dias, com epicentro no estreito de Ormuz. De conjunto, esses acontecimentos reforçam a necessidade de se retomar a resposta internacional através das grandes manifestações, das ocupações e acampamentos estudantis e da construção da frente única anti-imperialista, conduzida pelos organismos próprios da classe operária e dos demais trabalhadores.

LANÇAMENTO!

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

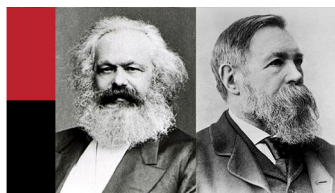
PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO POSIÇÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.





▶ Assimilando o socialismo científico

A base da religião

Dando continuidade à exposição da concepção e conceitos do socialismo científico, iniciada no número 761 do Jornal Massas, apresentamos extratos do Prefácio escrito por Karl Marx na sua Contribuição à Crítica da Economia Política publicada em 1859, em que antecipou algumas das análises que desenvolveu em O Capital. Seleccionamos as passagens sobre o "Método da Economia Política", que constitui a terceira parte da "Introdução à Crítica da Economia Política".

No Jornal Massas 765, publicamos uma síntese das formulações de Engels sobre a dialética e completamos com um comentário de Lênin. No Massas 766, retomamos a publicação em continuidade à formulação de Marx sobre as transformações históricas e o lugar das forças produtivas. O Massas 767 trouxe a formulação de Marx e Engels sobre a relação entre a consciência e a realidade, que se encontra no livro "A Ideologia Alemã". Agora, transcrevemos as formulações correspondentes à concepção marxista sobre a religião.

A BASE DA RELIGIÃO

No caso da Alemanha, a crítica da religião foi em grande parte concluída; e a crítica da religião é a premissa de toda a crítica.

A existência profana de erro está comprometida, uma vez que a sua oratio pro aris et focis celestial (uma vez que a sua defesa dos valores celestiais) foi refutada. O homem, que na realidade fantástica do céu, onde procurava um ser sobre-humano, encontrou apenas o seu próprio reflexo, já não será tentado a encontrar apenas a aparência de si mesmo — um ser não humano — onde procura e deve buscar a sua verdadeira realidade.

É esta a base da crítica irreligiosa: o homem faz a religião; a religião não faz o homem. A religião constitui de fato a autoconsciência do homem, enquanto ele não se encontrou ainda ou não voltou a perder-se. Mas o homem não é um ser abstrato, acoorado fora do mundo. O homem é o mundo humano, o Estado, a sociedade. Esse Estado, essa sociedade, produzem a religião, que é uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido. A religião é a teoria geral deste mundo, o seu resumo enciclopédico, a sua lógica em forma popular, o seu ponto de honra espiritual, o seu entusiasmo, a sua sanção moral, o seu complemento solene, a sua base geral de consolação e justificação. É a realização fantástica, na medida em que o ser humano não possui verdadeira realidade. Por conseguinte, a luta contra a religião é indiretamente a luta contra o mundo, cujo aroma espiritual é a religião.

A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo uma expressão da miséria real e um protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o sentimento de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma. É o ópio do povo.

A abolição da religião enquanto felicidade ilusória dos homens é uma condição para a sua felicidade real. O apelo para que abandonem as ilusões a respeito da sua condição é o apelo para abandonarem uma condição que precisa de ilusões. A crítica da religião é, pois, a crítica embrionária do vale de lágrimas de que a religião é a auréola.

A crítica colheu das cadeias as flores imaginárias, não para que o homem suporte as cadeias sem capricho ou consolação, mas para que lance fora as cadeias e colha a flor viva. A crítica da religião liberta o homem da ilusão de modo que pense, atue e configure a sua realidade como homem que perdeu as ilusões e reconquistou a razão; a fim de que ele gire em torno de si próprio como seu verdadeiro sol. A religião é apenas o sol ilusório em torno do qual gira o homem enquanto não circula em torno de si próprio.

Consequentemente, a tarefa da história, uma vez que o outro mundo de verdade se desvaneceu, é estabelecer a verdade deste mundo. A imediata tarefa da filosofia, que está a serviço da história, é desmascarar a autoalienação humana na sua forma secular, agora que ela foi desmascarada na sua forma sagrada. A crítica do céu transforma-se deste modo em crítica da terra, a crítica da religião em crítica do direito e a crítica da teologia em crítica da política.

(Extraído da "Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel", Marx)

A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo uma expressão da miséria real e um protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o sentimento de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma. É o ópio do povo.

Crítica à Religião

(...)

Os princípios sociais do cristianismo tiveram até agora dezoito séculos para se desenvolverem e não precisam de um suplemento de desenvolvimento dos conselheiros da assembleia dos cardeais (consistório) prussianos.

Os princípios sociais do cristianismo justificaram a escravidão antiga, abençoaram a servidão medieval e aprontam-se igualmente, se for preciso, para defender a opressão do proletariado, ainda que o façam com ares de angustiados.

Os princípios sociais do cristianismo pregam a necessidade de uma classe dominante e de uma classe oprimida, e para oferecerem a esta têm apenas o piedoso voto de que a primeira queira mostrar-se caridosa.

Os princípios sociais do cristianismo colocam no céu a recompensa por todas essas infâmias de que fala o conselheiro, justificando assim a sua permanência nesta terra.

Os princípios sociais do cristianismo declaram que todas as vilanias dos opressores sobre os oprimidos são, ou o justo castigo do pecado original e dos outros pecados, ou as provas que o Senhor, na sua infinita sabedoria, inflige àqueles que resgatou.

Os princípios sociais do cristianismo pregam a covardia, o desprezo por si próprio, o aviltamento, a subserviência, a humildade, em suma, todas as qualidades do canalha; o proletariado, que não quer deixar-se tratar como canalha, precisa da sua coragem, do sentimento da sua dignidade, do seu orgulho e do espírito de independência, muito mais ainda do que do seu pão.

Os princípios sociais do cristianismo são os princípios dos derrotados, e o proletariado é revolucionário.

("O Comunismo de 'Observador Renano'", Gazeta Alemã de Bruxelas, nº 73, 12 de setembro de 1847, Karl Marx)

Resposta às críticas ao comunismo

"(...) Quanto às acusações dirigidas de uma maneira geral contra o comunismo, dos pontos de vista religioso, filosófico e ideológico, não merecem exame aprofundado.

Será necessária grande perspicácia para compreender que as ideias, as concepções e as noções dos homens, em uma palavra, a sua consciência, mudam com as alterações introduzidas nas suas condições de vida, nas suas relações sociais, na sua existência social?

O que demonstra a história das ideias senão que a produção intelectual se transforma com a produção material? As ideias dominantes em uma época sempre foram as ideias da classe dominante.

Quando se fala de ideias que revolucionam uma sociedade inteira, enuncia-se simplesmente o fato de que, no seio da velha sociedade, se formaram os elementos de uma nova sociedade e que a dissolução das ideias ultrapassadas caminha a par com a dissolução das antigas condições de existência.

Quando o mundo antigo estava no seu declínio, as velhas religiões foram vencidas pelo cristianismo. Quando, no século XVIII, as ideias cristãs cederam lugar às ideias de progresso, a sociedade feudal travava a sua última batalha com a burguesia, então revolucionária. As ideias da liberdade de consciência, da liberdade religiosa, apenas proclamavam o reino da livre concorrência no domínio do saber.

"Sem dúvida, dir-se-á, as ideias religiosas, morais, filosóficas, políticas, jurídicas etc., modificaram-se ao longo do desenvolvimento histórico. Mas a religião, a moral, a filosofia, a política e o direito mantinham-se sempre, apesar dessas modificações.

"Há, além disso, verdades eternas, tais como a liberdade, a justiça etc., que são comuns a todos os regimes sociais. Ora, o comunismo abole as verdades eternas, abole a religião e a moral, em vez de lhes renovar a forma, e isso contradiz todo o desenvolvimento histórico anterior".

A que se reduz esta acusação? A história de toda a sociedade até aos nossos dias foi feita por antagonismos de classes, antagonismos que, segundo as épocas, se revestiram de formas diferentes.

Mas, qualquer que tenha sido a forma revestida por esses antagonismos, a exploração de uma parte da sociedade pela outra é um fato comum a todos os séculos passados.

Por isso, nada há de espantoso se a consciência social de todos os séculos, apesar de toda a sua variedade e diversidade, se move dentro de certas formas comuns — formas de consciência que não se dissolverão completamente enquanto não desaparecer o antagonismo das classes.

A revolução comunista é a ruptura mais radical com o regime tradicional de propriedade; nada há de espantoso se, no decurso do seu desenvolvimento, ela romper de maneira mais radical com as ideias tradicionais.

(...) Tal como o padre e o senhor feudal caminharam sempre de mãos dadas, do mesmo modo o socialismo clerical caminha lado a lado com o socialismo feudal.¹

Nada mais fácil do que passar um verniz de socialismo no ascetismo cristão. O cristianismo não se ergueu também contra a propriedade privada, o casamento, o Estado? E, como substituição, não pregou a caridade e a mendicância, o celibato e a mortificação da carne, a vida monástica e a Igreja? O socialismo cristão é apenas a água benta com que o padre consagra o despeito da aristocracia.

¹ Tendência reacionária que se esforçava, com a ajuda de uma demagogia social anticapitalista, por atrair os operários para a união com as classes feudais e utilizá-los na luta destas contra a burguesia. Na França, uma parte dos monárquicos, partidários da dinastia Bourbon, fez essa propaganda. Na Inglaterra, dela se encarregou o grupo "Jovem-Inglaterra", que se compunha de aristocratas e de literatos e estava próximo dos tories. Essa tendência teve certa influência nos elementos do partido feudal dos fidalgos de província prussianos. As suas opiniões eram espalhadas na Alemanha pelo jornal "O Observador Renano", contra o qual Marx escreveu o seu artigo "O Comunismo do Observador Renano".

(Manifesto do Partido Comunista - extratos dos capítulos II e III)

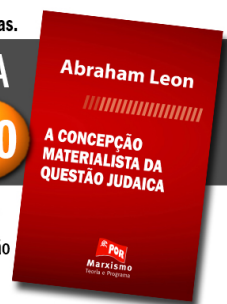


LANÇAMENTO! Adquira já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA
Abraham Leon

R\$30

Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.



Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por

